

COMPANHIA DE TECIDOS NORTE DE MINAS - COTEMINAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores expressos em milhares de Reais)

**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Companhia de Tecidos Norte de Minas - COTEMINAS (“Companhia”) é uma companhia aberta, controlada pela Wembley S.A., sediada na avenida Lincoln Alves dos Santos, número 955, em Montes Claros - MG, e tem por objeto social a produção e a comercialização de fios e tecidos em geral, importação e exportação, podendo participar do capital de outras empresas e adquirir títulos negociáveis no mercado de capitais. As ações da Companhia são negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) sob os códigos “CTNM3” e “CTNM4”.

A Companhia é controladora da Springs Global Participações S.A. (“SGPSA”), que é controladora da Coteminas S.A. (“CSA”) e da Springs Global US, Inc. (“SGUS”), companhias que concentram as atividades industriais na área de artigos de cama e banho, anteriormente desenvolvidas pela Companhia e pela Springs Industries, Inc. (“SI”) respectivamente.

Em abril de 2009, a controlada SGPSA iniciou as atividades de varejo de cama, mesa e banho, operando sob a marca MMartan e, posteriormente, em outubro de 2011, com a marca Artex. As operações de varejo, com essas duas bandeiras, são operadas pela controlada indireta AMMO Varejo Ltda. (“AMMO”).

Conforme divulgado na nota explicativa nº 30 às demonstrações financeiras, em 15 de março de 2019, foi concluída operação de venda dos ativos operacionais da controlada indireta norte americana SGUS. A partir daquela data, a controlada indireta SGUS passou a deter 17,5% da Keeco, LLC, que combinou as operações das duas companhias.

A Companhia é controladora da Oxford Comércio e Participações S.A., que é controladora da Companhia Tecidos Santanense (“CTS”), uma companhia aberta que tem por objeto social a indústria têxtil; atividades afins; confecção e comercialização de produtos para o vestuário, inclusive uniformes profissionais; acessórios e equipamentos de proteção individual - EPI, destinados à segurança do trabalho.

**2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 31 de março de 2020.

A Companhia apresenta suas demonstrações financeiras individuais (“Controladora”) e consolidadas (“Consolidado”), elaboradas, simultaneamente, de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo “International Accounting Standards Board” (“IASB”), e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB e pelo CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2019. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem com as utilizadas pela administração da Companhia em sua gestão.

## 2.1 – Conversão de saldos em moeda estrangeira

### a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras de cada controlada incluída na consolidação da Companhia e aquelas utilizadas como base para avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial são preparadas usando-se a moeda funcional de cada entidade. A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. Ao definir a moeda funcional de cada uma de suas controladas a Administração considerou qual a moeda que influencia significativamente o preço de venda de seus produtos e serviços, e a moeda na qual a maior parte do custo dos seus insumos de produção é pago ou incorrido. As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

### b) Conversão dos saldos

Os resultados e a posição financeira de todas as controladas incluídas no consolidado que têm a moeda funcional diferente da moeda de apresentação são convertidos pela moeda de apresentação, conforme abaixo:

- i) os saldos ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio vigente na data de encerramento das demonstrações financeiras consolidadas;
- ii) as contas de resultado são convertidas pela taxa mensal do câmbio; e
- iii) todas as diferenças resultantes de conversão de taxas de câmbio são reconhecidas no patrimônio líquido, na rubrica “Ajustes acumulados de conversão” e são apresentadas como outros resultados abrangentes na demonstração do resultado abrangente.

## 2.2 – Práticas contábeis

Os principais critérios adotados na elaboração das demonstrações financeiras são como segue:

**(a) Apuração do resultado**--O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa quanto à sua realização. As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros como receitas e despesas financeiras no resultado. Os ganhos e perdas extraordinários e as transações e provisões que envolvem ativos permanentes são registradas no resultado do exercício como “Outras, líquidas”.

**(b) Instrumentos financeiros**--A Companhia classifica ativos e passivos financeiros nas seguintes categorias: ao valor justo por meio do resultado (“FVTPL”), ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“FVOCI”) e ao custo amortizado.

### i) Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e despreconhecimento

A Companhia reconhece os ativos e passivos financeiros quando, e somente quando, se tornar parte das disposições contratuais dos instrumentos. A Companhia despreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado. A Companhia despreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

## ii) Ativos financeiros não derivativos - mensuração

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir:

- o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e

- os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes somente se satisfizer ambas as condições a seguir:

- o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e

- os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Além disso, no reconhecimento inicial, a Companhia pode irrevogavelmente designar um ativo ou passivo financeiro como mensurado ao valor justo por meio do resultado com o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descasamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo ou passivo.

## iii) Passivos financeiros não derivativos - mensuração

Os instrumentos financeiros classificados no passivo, após seu reconhecimento inicial pelo seu valor justo, são mensurados com base no custo amortizado com base na taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, são reconhecidos no resultado, como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos.

## iv) Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os instrumentos derivativos contratados não são designados para a contabilização de hedge. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado.

**(c) Redução ao valor recuperável de instrumentos financeiros--Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:**

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada, que inclui as perdas de crédito

esperadas. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

Uma perda por redução do valor recuperável referente a uma investida avaliada pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com o seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houve uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

**(d) Caixa e equivalentes de caixa**--Incluem saldos em caixa, depósitos bancários à vista, numerários em trânsito e as aplicações financeiras. Possuem vencimentos inferiores a 90 dias (ou sem prazos fixados para resgate) com liquidez imediata, e estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Caixa e equivalentes de caixa são classificados como ativos financeiros não derivativos mensurados ao custo amortizado e seus rendimentos são registrados no resultado do exercício.

**(e) Títulos e valores mobiliários**--Representados por aplicações financeiras de liquidez imediata e com vencimento superior a 90 dias e estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Os títulos e valores mobiliários referentes à fundos de investimento em instrumentos patrimoniais são classificados como ativos financeiros, não derivativos, mensurados ao valor justo por meio do resultado. Todos os demais títulos e valores mobiliários são classificados como ativos financeiros não derivativos, mensurados ao custo amortizado e seus rendimentos são registrados no resultado do exercício.

**(f) Duplicatas a receber de clientes e provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa**--As duplicatas a receber de clientes são inicialmente, reconhecidas pelo valor da transação e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a perda estimada com créditos de liquidação duvidosa.

A Companhia adotou a mensuração da perda estimada com créditos de liquidação duvidosa com base em toda a vida dos instrumentos, utilizando a abordagem simplificada, considerando o histórico de movimentações e perdas históricas. Como regra geral, os títulos vencidos a mais de 180 dias representam um relevante indicativo de perda esperada, e são avaliados individualmente.

**(g) Estoques**--São avaliados ao custo médio de aquisição ou produção que são inferiores aos valores de realização líquida e estão demonstrados líquidos da provisão para perdas com itens descontinuados e/ou obsoletos. Os valores de realização líquida são os preços estimados de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão de fabricação e despesas de vendas diretamente relacionadas.

**(h) Imobilizado disponível para venda**--Referem-se substancialmente a máquinas e equipamentos fora de uso. São mensurados pelo seu valor justo menos despesas de vendas, quando este for menor do que os valores residuais contábeis.

(i) Investimentos--Os investimentos em controladas e coligadas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, com base em balanço patrimonial levantado pelas respectivas controladas e coligadas na mesma data-base da controladora. O valor do patrimônio líquido de controladas e coligadas sediadas no exterior é convertido para Reais com base na taxa corrente de sua moeda funcional e a variação cambial apurada é registrada na conta de "Ajustes acumulados de conversão" no patrimônio líquido, também demonstrado como outros resultados abrangentes.

(j) Combinação de negócios--O custo da entidade adquirida é alocado aos ativos adquiridos e passivos assumidos, baseado nos seus valores justos estimados na data de aquisição. Qualquer diferença, entre o custo da entidade adquirida e o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, é registrada como ágio.

(k) Gastos com pesquisa e desenvolvimento de produtos--São reconhecidos como despesas quando incorridos.

(l) Propriedades para investimento--São propriedades mantidas para obter renda ou valorização do capital. São registradas inicialmente ao custo e incluem os custos da transação. Após o reconhecimento inicial, são mensuradas pelo valor justo em contrapartida de resultados abrangentes líquidas dos efeitos tributários, e a partir de então, são avaliadas anualmente ao valor justo e as variações decorrentes desta avaliação e os efeitos tributários, são reconhecidos no resultado do exercício.

(m) Imobilizado--Registrado pelo custo de aquisição ou construção. As depreciações são computadas pelo método linear com base nas taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Os gastos incorridos que aumentam o valor ou estendem a vida útil estimada dos bens são incorporados ao seu custo; gastos relativos à manutenção e reparos são lançados para resultado quando incorridos. A vida útil estimada dos itens do imobilizado é conforme segue:

Vida útil	
Edifícios	40 anos
Instalações	15 anos
Máquinas e equipamentos	15 anos
Usinas	15 a 35 anos
Móveis, utensílios e outros	5 a 10 anos

O valor residual e a vida útil dos ativos são avaliados pela Administração da Companhia pelo menos ao final de cada exercício.

(n) Direito de uso--A mensuração do ativo de direito de uso corresponde ao valor inicial do passivo de arrendamento mais os custos diretos iniciais incorridos. A depreciação é calculada pelo método linear de acordo com o prazo remanescente dos contratos.

(o) Intangível--Refere-se a marcas adquiridas, pontos comerciais, propriedade intelectual e ágios decorrentes da aquisição de empresas. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados linearmente durante o período de vida útil estimado. Os ativos intangíveis cuja vida útil não se pode determinar são avaliados pelo seu valor recuperável anualmente ou na ocorrência de fato que justifique sua avaliação.

(p) Avaliação do valor recuperável dos ativos não financeiros--Os bens do imobilizado, os intangíveis e outros ativos não circulantes são avaliados anualmente ou sempre que as circunstâncias indicarem que o valor contábil talvez não seja recuperável. Na ocorrência de uma perda decorrente desta avaliação a mesma será reconhecida ao resultado do exercício. As perdas com o ativo imobilizado reconhecidas em outros exercícios poderão ser revertidas sempre que houver uma avaliação ou evidência confiável de que o valor do ativo tenha se recuperado. A reversão é reconhecida no resultado do exercício e não ultrapassa o valor reconhecido anteriormente como provável perda.

(q) Imposto de renda e contribuição social--A provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro é calculada à alíquota de aproximadamente 34% sobre o resultado tributável e registrada líquida da parcela relativa à redução do imposto de renda. O saldo da provisão no passivo é demonstrado líquido das antecipações efetuadas no exercício, se aplicável. Para as controladas sediadas no exterior, a alíquota de imposto varia de 24% a 35%, de acordo com a legislação vigente em cada país.

(r) Imposto de renda e contribuição social diferidos--São registrados imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os saldos do prejuízo fiscal e das diferenças temporárias decorrentes de provisões registradas contabilmente, que, de acordo com as regras fiscais existentes, serão dedutíveis ou tributáveis somente quando realizadas. Somente é reconhecido um ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos quando há expectativa de lucro tributável futuro.

(s) Arrendamentos a pagar--A mensuração do passivo de arrendamento, correspondem ao total dos pagamentos futuros de aluguéis. Esses fluxos de pagamentos são ajustados a valor presente, considerando a taxa incremental de empréstimo, e quando aplicável, são ajustados por alterações e atualizações previstas nos contratos. A contrapartida é contabilizada como direito de uso e amortizado durante o período do contrato de arrendamento pelo método linear. Os encargos financeiros são reconhecidos como despesa financeira e apropriados de acordo com o prazo remanescente dos contratos. A taxa incremental de empréstimo corresponde à taxa de juros que a Companhia teria que pagar, caso contratasse financiamento para a aquisição de ativos similares aos direitos de uso, com valor similar e sob as mesmas condições contratuais e econômicas do arrendamento.

(t) Provisões diversas--É constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas. Os depósitos judiciais relativos às provisões estão apresentados no ativo não circulante.

(u) Planos de aposentadoria complementar--Os custos associados aos planos são reconhecidos pelo regime de competência com base em cálculos atuariais. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos em “Ajustes de avaliação patrimonial” quando incorridos.

(v) Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação--O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações em circulação. O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação para presumir a conversão de ações potenciais a serem emitidas. A Companhia não apurou potencial de emissão de novas ações e, portanto, de diluição do lucro (prejuízo) por ação.

(w) Atualizações monetárias e cambiais--Os ativos e passivos sujeitos a atualizações monetárias ou cambiais estão atualizados monetariamente até a data do balanço, de acordo com as taxas publicadas pelo Banco Central do Brasil - BACEN ou pelos índices contratualmente estipulados. Os ganhos e as perdas cambiais e as variações monetárias são reconhecidos no resultado do exercício, exceto pelos ganhos e perdas cambiais sobre os investimentos em subsidiária no exterior, os quais são reconhecidos no patrimônio líquido na rubrica “Ajustes acumulados de conversão”.

(x) Reconhecimento de receita--A receita é mensurada pelo valor da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares. A receita operacional é reconhecida quando o controle é transferido, isto é, na ocasião da entrega ao cliente.

(y) Demonstrações do Valor Adicionado (“DVA”)--Essas demonstrações têm por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período. São apresentadas pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as normas das IFRS. As DVAs foram preparadas com base em informações obtidas dos registros

contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras.

**(z) Acionistas controladores e não controladores**--Nas demonstrações financeiras, “acionistas controladores” representam todos os acionistas da Companhia e “não controladores” representam a participação dos acionistas minoritários nas controladas da Companhia.

### 2.3 – Uso de estimativas

Na elaboração das demonstrações financeiras foram utilizadas estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Para efetuar estas estimativas, a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações financeiras, bem como a experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As demonstrações financeiras incluem, portanto, estimativas referentes principalmente à seleção da vida útil do ativo imobilizado, estimativa do valor de recuperação de ativos não financeiros, valor justo de propriedades para investimento, provisões necessárias para passivos tributários, cíveis e trabalhistas, determinações de provisões para imposto de renda, determinação do valor justo de instrumentos financeiros (ativos e passivos) e outras similares, estimativas referentes a seleção da taxa de juros, retorno esperado dos ativos e escolha da tabela de mortalidade e expectativa de aumento dos salários aplicados aos cálculos atuariais. O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir das estimativas.

### 2.4 – Critérios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as demonstrações financeiras da controladora e das seguintes empresas controladas:

	Participação direta e indireta no capital total - %	
	2019	2018
Coteminas International Ltd.	100,00	100,00
Coteminas (Sucursal Argentina)	100,00	100,00
Springs Global Participações S.A.	52,92	52,92
Oxford Comércio e Participações S.A.	63,37	63,37
Companhia Tecidos Santanense	56,51	56,51

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultados corresponde à soma dos saldos das contas do ativo, passivo, receitas e despesas, segundo suas respectivas naturezas, complementado com a eliminação dos investimentos nas empresas controladas, dos lucros não realizados e dos saldos das contas entre as empresas incluídas na consolidação. O efeito da variação cambial sobre os investimentos no exterior está destacado na demonstração das mutações do patrimônio líquido na rubrica “Ajustes acumulados de conversão”. As práticas contábeis das controladas sediadas no exterior foram ajustadas para as mesmas práticas contábeis da controladora. Foi destacada, do patrimônio líquido e do resultado, a participação dos acionistas não controladores.

A controlada SGPSA, controladora da CSA e SGUS, das quais possui 100% do capital social, foi incluída no processo de consolidação a partir de suas demonstrações financeiras já consolidadas.

A controlada Oxford Comércio e Participações S.A., controladora da CTS com 85,9% de seu capital social, foi incluída no processo de consolidação a partir de suas demonstrações financeiras já consolidadas.

As demonstrações financeiras das empresas controladas sediadas no exterior foram convertidas para Reais, com base na taxa corrente do Dólar vigente em 31 de dezembro de 2019 e 2018, para as contas do balanço patrimonial e o resultado foi convertido pelas taxas mensais.

	<u>2019</u>	<u>2018</u>	<u>Variação</u>
Taxa fechamento: 31 de dezembro	4,0307	3,8748	4,0%
Taxa média: 31 de dezembro (12 meses)	3,9443	3,6796	7,2%

Em julho de 2018, considerando que a inflação acumulada nos últimos três anos na Argentina foi superior a 100%, a aplicação da norma de contabilidade e evidenciação em economia altamente inflacionária (IAS 29 - Financial Reporting in Hyperinflationary Economies) passou a ser requerida. De acordo com o IAS 29, os ativos e passivos não monetários, o patrimônio líquido e a demonstração do resultado de subsidiárias que operam em economias altamente inflacionária são corrigidos pela alteração no poder geral de compras da moeda corrente, aplicando um índice geral de preços.

Os índices utilizados pela Companhia na análise de impactos sobre a controlada indireta sediada na Argentina, foram baseados na resolução 539/18 emitida pela Federação Argentina de Conselho de Profissionais de Ciências Econômicas e foram os seguintes: i) até 31 de dezembro de 2016 o IPIM (índice interno de preços ao atacado); e ii) de 1º de janeiro de 2017 em diante o IPC nacional (índice nacional de preço ao consumidor).

O impacto nos ativos líquidos desta controlada indireta em 31 de dezembro de 2017 estão apresentados conforme abaixo:

	<u>Saldos em 31.12.2017</u>	<u>Correção monetária</u>	<u>Saldos em 01.01.2018</u>
<b>Ativos:</b>			
Estoques	58.720	967	59.687
Imobilizado	17.806	26.801	44.607
Intangível	9.157	2.271	11.428
Outros créditos	359	28	387
	-----	-----	-----
	86.042	30.067	116.109
<b>Passivos:</b>			
Imposto de renda diferido	-	10.172	10.172
	-----	-----	-----
	-	10.172	10.172
Patrimônio líquido	45.162	19.895	65.057
	=====	=====	=====

2.5 – Novas IFRS, revisões das IFRS e interpretações do IFRIC (Comitê de Interpretação das Normas Internacionais de Relatório Financeiro do IASB).

- a) Os pronunciamentos contábeis do IASB abaixo listados foram publicados e/ou revisados e entraram em vigor para os períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019.

**CPC 06 R2 (IFRS 16) - Operações de arrendamento mercantil**

Em janeiro de 2016 o IASB emitiu a IFRS 16 - “Leases”, com principal objetivo de redefinir o reconhecimento dos arrendamentos mercantis operacionais. O correspondente Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil foi emitido em 21 de dezembro de 2017.

O novo pronunciamento introduz um modelo único para contabilização de contratos de arrendamento mercantil, eliminando a distinção entre arrendamentos operacionais e financeiros, resultando na contabilização da maioria dos contratos de arrendamento nos balanços das arrendatárias. A contabilidade dos arrendadores permanece substancialmente inalterada e a distinção entre contratos de arrendamento operacional e financeiro é mantida. A norma IFRS 16 substitui a norma IAS 17 e suas interpretações.

**Abordagem de transição:**

A Administração da Companhia optou pela abordagem de transição retrospectiva simplificada. Essa abordagem não impacta em lucros acumulados (patrimônio líquido) na data da adoção inicial, uma vez que o montante do ativo de direito de uso é igual ao passivo de arrendamentos a pagar trazidos ao valor presente e possibilita a utilização de expedientes práticos.

**Impactos no balanço patrimonial:**

As contas patrimoniais sofreram alterações pelo reconhecimento de todos os compromissos futuros originados dos contratos no escopo do arrendamento. Na adoção inicial o ativo de direito de uso é igual ao passivo de arrendamentos a pagar ajustados ao valor presente. O patrimônio líquido não sofreu impacto na adoção inicial devido a escolha pelo modelo da abordagem retrospectiva simplificada.

Vide notas explicativas nº 12 e nº 18 às demonstrações financeiras.

**CPC 32 (IFRIC 23) - Incerteza sobre o tratamento de impostos sobre o lucro**

Em junho de 2017 o IASB emitiu a IFRIC 23 - “Uncertainty over Income Tax Treatments”, com o objetivo de clarificar a contabilização quando há incertezas dos impostos sobre o lucro regulamentados pelo IAS 12 - “Income Taxes”, sendo o correspondente pronunciamento técnico o CPC 32. Este pronunciamento não gerou efeitos relevantes nas demonstrações financeiras.

### 3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Operações compromissadas (*)	1.423	33	128.418	89.927
Cambiais no exterior (US\$)	-	-	6.473	2.441
Depósitos no exterior	-	-	25.677	44.098
Depósitos em contas correntes	207	134	4.885	8.601
	-----	-----	-----	-----
	1.630	167	165.453	145.067
	=====	=====	=====	=====

(\*) Os rendimentos das aplicações financeiras variam de 90% a 100% das taxas que remuneram os Certificados de Depósitos Interbancários - CDI.

#### 4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Consolidado	
	2019	2018
Renda fixa no exterior	16.225	6.142
Fundo de investimento - (US\$)	42.863	44.502
Depósitos vinculados (US\$) (1)	71.010	75.729
Depósito restrito	1.932	2.167
	-----	-----
Circulante	132.030	128.540
	(59.491)	(51.359)
	-----	-----
Não circulante	72.539	77.181
	=====	=====

(1) Refere-se a depósito mantido no exterior, vinculado ao empréstimo tomado junto ao Santander S.A. O rendimento é de 1,3% a.a. e o prazo para resgate coincide com os prazos do referido empréstimo.

#### 5. DUPLICATAS A RECEBER

	Consolidado	
	2019	2018
Clientes no mercado interno	559.547	574.945
Clientes no mercado externo	80.060	68.712
Operadoras de cartão de crédito	7.485	10.648
Partes relacionadas		
Mercado interno	1.871	2.300
Mercado externo	-	2.814
	-----	-----
	648.963	659.419
Provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	(44.371)	(42.216)
	-----	-----
	604.592	617.203
	=====	=====

As duplicatas a receber de clientes são compostas substancialmente por títulos cujo prazo médio de recebimento é de aproximadamente 98 dias (107 dias em 31 de dezembro de 2018). Os valores vencidos estão apresentados abaixo e o saldo da provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa é considerado pela Administração suficiente para cobrir as perdas esperadas com estes títulos.

A Administração da Companhia considera que o risco relativo às duplicatas a receber de clientes é minimizado pelo fato de a composição da carteira de clientes da Companhia ser diluída. A Companhia possui mais de 13.000 clientes ativos em 31 de dezembro de 2019 e apenas um cliente concentra vendas que representam aproximadamente 6% das vendas líquidas.

A composição das duplicatas a receber consolidada por idade de vencimento é como segue:

	2019	2018
A vencer	550.426	563.599
Vencidas até 30 dias	17.163	21.950
Vencidas de 31 a 60 dias	4.949	4.344
Vencidas de 61 a 90 dias	2.874	900
Vencidas de 91 a 180 dias	3.354	1.584
Vencidas acima de 180 dias	70.197	67.042
-----	-----	-----
	648.963	659.419
	=====	=====

A movimentação da provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa consolidada é como segue:

	2019	2018
Saldo no início do exercício	(42.216)	(41.882)
Adições	(2.302)	(3.502)
Variação cambial	147	(233)
Operações descontinuadas (*)	-	3.401
-----	-----	-----
Saldo no final do exercício	(44.371)	(42.216)
	=====	=====

(\*) Parcela da provisão referente as duplicatas a receber classificadas em 2018 na rubrica “Ativos mantidos para venda” (vide nota explicativa nº 30 às demonstrações financeiras).

## 6. ESTOQUES

	Consolidado	
	2019	2018
Matérias-primas e secundários	104.767	111.894
Produtos em elaboração	114.425	117.699
Produtos acabados	219.190	229.306
Peças de reposição	63.568	65.419
-----	-----	-----
	501.950	524.318
	=====	=====

Os estoques estão demonstrados líquidos da provisão para perdas que é, na avaliação da Administração, considerada suficiente para cobrir perdas na realização com estoques descontinuados ou obsoletos.

A movimentação da provisão para perdas consolidada é como segue:

	Matérias-primas e secundários	Produtos em elaboração	Produtos acabados	Peças de reposição	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(544)	-	(3.837)	(2.614)	(6.995)
(Adições) baixas	(1.902)	(186)	(1.521)	353	(3.256)
Variação cambial	-	-	(824)	369	(455)
Operações descontinuadas (*)	-	-	6.177	-	6.177
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-----	-----	-----	-----	-----
(Adições) baixas	50	29	-	27	106
Variação cambial	729	55	2	-	786
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(1.667)	(102)	(3)	(1.865)	(3.637)
	=====	=====	=====	=====	=====

(\*) Parcela da provisão referente aos estoques classificados em 2018 na rubrica “Ativos mantidos para venda” (vide nota explicativa nº 30 às demonstrações financeiras).

## 7. VALORES A RECEBER DE CLIENTES

	Consolidado	
	2019	2018
Clientes em recuperação extra judicial (a)	11.317	14.611
Clientes em recuperação judicial (b)	2.115	2.103
Parcelamento de acordo com clientes (c)	4.921	719
Financiamento no repasse de lojas (d)	2.731	6.362
Clientes em recuperação judicial (e)	1.484	1.499
Venda de imóvel (f)	13.141	14.057
Outros	857	449
	-----	-----
	36.566	39.800
Circulante (*)	(12.598)	(11.017)
	-----	-----
Não circulante	23.968	28.783
	=====	=====

(\*) Incluída na rubrica “Outros créditos a receber” no ativo circulante.

(a) Pagamento em 48 parcelas mensais iguais com incidência de taxa equivalente a 80% do índice dos certificados de depósitos interbancários – CDI.

(b) Pagamento em 20 parcelas semestrais com carência de 42 meses para início de pagamento em março de 2020, com juros de 0,5% a.a. mais taxa referencial – TR.

(c) Pagamento em até 56 parcelas mensais com juros de 1,56% a 1,97%.

(d) Financiamento de repasses de lojas para franqueados, para pagamento em parcelas mensais iguais atualizadas pela variação do índice geral de preços do mercado – IGP-M.

(e) Pagamento em 10 parcelas anuais crescentes com correção de 2% a 3% ao ano.

(f) Pagamento em 37 parcelas mensais com juros de 0,5% a 0,7% ao mês.

## 8. VALORES A RECEBER - VENDA DE INVESTIMENTO

Em setembro de 2018, a Companhia e sua controlada Oxford Comércio e Participações S.A. venderam a totalidade do capital social da Tropical Agroparticipações S.A.

Em maio de 2019, a Companhia e o comprador, em comum acordo, resolveram desfazer a operação sem ônus para ambas as partes.

Em setembro de 2019, uma nova transação de venda foi realizada e a Companhia e sua controlada Oxford Comércio e Participações S.A. venderam a totalidade do capital social da Tropical Agroparticipações S.A. Vide nota explicativa nº 9.a.3 às demonstrações financeiras.

Os saldos consolidados dos valores a receber são conforme segue:

	Consolidado	
	2019	2018
Valores brutos a receber	129.858	194.140
Ajuste a valor presente (*)	(42.227)	(31.012)
-----	-----	-----
Total	87.631	163.128
Circulante	(19.340)	(32.907)
-----	-----	-----
Não circulante	68.291	130.221
=====	=====	=====

Recebimento em 4 parcelas anuais com vencimento e remuneração coincidentes com o empréstimo mantido com a SP Investidor IV, LLC, demonstrado na nota explicativa nº14.

(\*) Inclui comissões e despesas da operação de antecipação dos recebíveis.

## 9. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS E COLIGADAS

### a. Participação dos acionistas controladores:

	Patrimônio líquido	Participação - %	Resultado do exercício	Total dos Investimentos		Resultado de equivalência patrimonial	
				2019	2018	2019	2018
<b>Investimentos em controladas:</b>							
Springs Global Participações S.A. (1)	1.386.626	52,92	(146.517)	733.740	701.152	(78.662)	30.633
Oxford Comércio e Participações S.A. (2)	280.465	63,37	(24.907)	177.730	200.331	(15.783)	40.527
Tropical Agroparticipações S.A. (3)	-	-	-	-	-	(277)	(4.046)
Coteminas International Ltd.	5.798	100,00	(3.653)	5.798	9.188	(3.653)	(1.195)
Companhia Tecidos Santanense	288.242	2,07	10.604	5.967	5.747	220	1.484
Coteminas (Sucursal Argentina)	(32)	100,00	(6)	(32)	(42)	(6)	(14)
<b>Total de controladas</b>				<b>923.203</b>	<b>916.376</b>	<b>(98.161)</b>	<b>67.389</b>
<b>Investimentos em coligadas (direto):</b>							
Cantagalo General Grains S.A.	(288.328)	27,50	(18.963)	-	-	-	-
Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira	172.634	30,40	(17.553)	52.481	57.816	(5.336)	14.778
<b>Total de coligadas (direto)</b>				<b>52.481</b>	<b>57.816</b>	<b>(5.336)</b>	<b>14.778</b>
<b>Total Controladora</b>						<b>(103.497)</b>	<b>82.167</b>
<b>Investimentos em coligadas (indireto):</b>							
Keeco, LLC (4)	698.188	17,50	(40.910)	137.946	-	(7.159)	-
<b>Total de coligadas – Consolidado</b>				<b>190.427</b>	<b>57.816</b>	<b>(12.495)</b>	<b>14.778</b>

(1) O resultado do exercício não inclui a parcela descontinuada do resultado de equivalência de R\$102.857 (R\$28.404 em 2018). Vide nota explicativa nº 30 às demonstrações financeiras.

(2) Em 15 de maio de 2019, a diretoria executiva da controlada Oxford aprovou a distribuição de dividendos, ad referendum da Assembleia Geral Ordinária, totalmente realizado em 2019, no valor de R\$10.779.

(3) Em 2018, a Companhia e sua controlada Oxford venderam a totalidade do capital social da Tropical Agroparticipações S.A., apurando um ganho, naquele exercício, no valor de R\$30.644 (controladora) e R\$47.001 (consolidado), registrados em outras receitas operacionais líquidas.

Em maio de 2019, a Companhia e o comprador, em comum acordo, resolveram desfazer a operação sem ônus para ambas as partes. A Companhia recompôs seu investimento a partir do patrimônio líquido da controlada apurado em 31 de maio de 2019 no valor de R\$127.741, e apurou deságio no valor de R\$18.292, líquidos da reversão do resultado apurado anteriormente com a venda, no valor de R\$31.416 na controladora e R\$46.387 no consolidado. Adicionalmente foi revertido a provisão para impostos diferidos no valor de R\$6.464 na controladora e R\$14.810 no consolidado (vide nota explicativa nº 21.b às demonstrações financeiras).

Em setembro de 2019, a Companhia e sua controlada Oxford venderam a totalidade do capital social da Tropical Agroparticipações S.A., apurando uma perda no valor de R\$7.712 na controladora e R\$23.497 no consolidado.

Em dezembro de 2019, a Companhia e sua controlada Oxford anteciparam os recebíveis com um fundo denominado SP Investidor IV, LLC (vide nota explicativa nº 14 às demonstrações financeiras), apurando perda no valor de R\$13.612 na controladora e R\$22.027 no consolidado.

(4) A partir de 15 de março de 2019, a controlada indireta SGUS passou a deter 17,5% da Keeco, LLC, que combina as operações da Keeco e as operações vendidas da SGUS e deixa de comercializar diretamente seus produtos. A Keeco, LLC é uma empresa com portfólio de produtos e marcas líderes nos mercados de cortinas, utility bedding, e decorative bedding, além de carteira diversificada de clientes, incluindo as principais empresas do varejo tradicional e digital do mercado norte-americano. O valor apresentado como investimento inclui ágio fundamentado em rentabilidade futura, que será destacado quando a coligada informar a alocação no “Purchase Price Allocation”.

b. Participação dos acionistas não controladores nas controladas:

	Patri-mônio líquido	Partici-pação - %	Resultado do exercício	Participação dos acionistas não controladores			
				Nos patrimônios das controladas		Nos resultados das controladas	
				2019	2018	2019	2018
Springs Global Participações S.A.	1.386.626	47,08	(146.517)	652.886	591.801	(67.855)	27.261
Oxford Comércio e Participações S.A.	280.465	36,63	(24.907)	102.735	115.798	(9.124)	23.426
Companhia Tecidos Santanense	288.242	12,02	10.604	34.647	33.369	1.275	8.631
				-----	-----	-----	-----
				790.268	740.968	(75.704)	59.318
Total de operações descontinuadas (*)				-	32.089	89.384	25.270
				-----	-----	-----	-----
Total dos acionistas não controladores				790.268	773.057	13.680	84.588
				=====	=====	=====	=====

(\*) Vide nota explicativa nº 30 às demonstrações financeiras.

c. Informações complementares sobre os investimentos em coligadas:

	Keeco, LLC		Cantagalo General Grains S.A. (1)		Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira (2)	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Ativos circulantes	1.061.992	-	97.465	227.640	315.249	318.104
Ativos não circulantes	1.464.611	-	611.515	824.209	417.222	391.413
Total dos ativos	2.526.603	-	708.980	1.051.849	732.471	709.517
Passivos circulantes	1.064.559	-	1.051.878	698.506	325.668	306.287
Passivos não circulantes	763.856	-	127.348	759.600	212.028	194.529
Total dos passivos	1.828.415	-	1.179.226	1.458.106	537.696	500.816
Patrimônio líquido – Controladora	698.188	-	(288.328)	(249.519)	172.634	190.187
Receita líquida	2.695.121	-	94.047	62.546	677.334	649.693
Lucro (prejuízo) do exercício – Controladora	(40.910)	-	(18.963)	(150.396)	(17.553)	48.609

**(1) Cantagalo General Grains S.A.** -- A Cantagalo General Grains S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Avenida Magalhaes de Castro, 4.800, 11º andar, sala 2, cidade de São Paulo - SP, constituída em 25 de outubro de 2010 com o objetivo de cultivo de soja, milho, algodão e outros cereais; produção de sementes certificadas, produção de sementes em geral, mudas e outras formas de propagação vegetal certificadas; serviços de preparação de terreno, cultivo e colheita; fabricação de fertilizantes; comércio nos mercados interno e externo (importação e exportação) de

produtos agrícolas, especialmente grãos vegetais e seus derivados, de fertilizantes, suas matérias-primas e seus subprodutos, além de defensivos agrícolas entre outras atividades congêneres. Possui investimentos em controladas e controladas em conjunto, na Tropical Empreendimentos e Participações Ltda., Siqueira Empreendimentos e Participações Ltda. e CGG Trading S.A.

Em 31 de dezembro de 2019, a coligada Cantagalo General Grains S.A. possuía patrimônio líquido devedor de R\$288.328 (R\$249.519 em 31 de dezembro de 2018), portanto a Companhia continua a apresentar o investimento reduzido a zero. A Companhia não possui obrigações legais ou construtivas com a Coligada.

(2) Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira -- Possui sede em Belo Horizonte, Minas Gerais, foi constituída em 12 de agosto de 1872 e é uma companhia de capital aberto que tem como objetivo social a indústria têxtil e atividades afins; confecções e comercialização de produtos do vestuário, inclusive uniformes profissionais; acessórios e equipamentos de proteção individual - EPIs, destinados a segurança do trabalho; a exportação e importação de produtos ligados à sua finalidade e o exercício de atividades agrícolas, pecuárias e de silvicultura, bem como a geração, distribuição e transmissão de energia elétrica para consumo próprio, podendo, entretanto, comercializar o excedente de energia elétrica não utilizado.

Tendo em vista a rentabilidade operacional e geração de caixa desta coligada, a Companhia concluiu que não há indícios de deterioração ou de não recuperação do seu investimento.

## 10. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO

Os saldos consolidados das propriedades para investimento são conforme segue:

	Fazenda Tropical (1)	Imóveis para renda				Imóveis para valorização			Total
		Complexo comercial SGA (2)	Complexo residencial SGA (3)	Terrenos para lotea- mento (4)	Imóvel Vinhedo (5) (c)	Imóveis Montes Claros (6)	Terreno Montes Claros (7) (c)		
Saldos em 31 de dezembro de 2017	175.126	211.176	-	-	-	-	79.351	465.653	
Adições (baixas)	(175.126)	16.022	93	-	25.075	55.276	-	(78.660)	
Transferências - imobilizado	-	2.744	-	-	-	-	-	2.744	
Transferências - disponível p/venda	-	-	-	1.276	-	-	-	1.276	
Avaliação inicial do valor justo (a)	-	-	44.203	36.260	-	-	-	80.463	
Variação do valor justo (b)	-	18.309	-	-	-	-	(2.356)	15.953	
Outros	-	-	-	-	62	-	-	62	
Propriedades de uso por controlada indireta (d)	-	-	-	-	(25.137)	-	-	(25.137)	
	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Saldos em 31 de dezembro de 2018	-	248.251	44.296	37.536	-	55.276	76.995	462.354	
Adições	157.284	5.679	-	-	-	-	-	162.963	
Avaliação inicial a valor justo (a)	-	11.493	-	-	-	-	-	11.493	
Variação do valor justo (b)	(386)	(5.413)	678	11	22.713	8.538	9.115	35.256	
Transferência do disponível para venda	-	276	-	-	-	-	-	276	
Transferência do imobilizado	-	41.264	-	-	-	-	-	41.264	
Baixas, líquidas	(156.898)	-	-	(1.481)	-	(3.574)	-	(161.953)	
Propriedades de uso por controlada indireta (d)	-	-	-	-	(22.713)	-	-	(22.713)	
	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====
Saldos em 31 de dezembro de 2019	-	301.550	44.974	36.066	-	60.240	86.110	528.940	

- (a) Valores lançados como ajuste de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido, deduzido de impostos.
- (b) Valores lançados no resultado do respectivo exercício.
- (c) Saldos mantidos pela controladora R\$133.960 (R\$102.132 em 31 de dezembro de 2018).
- (d) Valores reclassificados para o balanço consolidado. Vide nota explicativa nº 11 às demonstrações financeiras.

1) Fazenda Tropical: Em 2018 a Companhia vendeu sua controlada Tropical Agroparticipações S.A., proprietária da Fazenda Tropical. Em 2019, a Companhia e o comprador, em comum acordo, resolveram desfazer a operação sem ônus para ambas as partes.

Em setembro de 2019, a Companhia vendeu novamente a controlada Tropical Agroparticipações S.A. (vide notas explicativas nº 8 e nº 9 às demonstrações financeiras).

2) Complexo comercial SGA: Em 2017, a controlada indireta CSA deu início à implantação de projeto de locação segmentada de sua unidade fabril localizada em São Gonçalo do Amarante (SGA) - RN, que foi desativada em parte. Em 2019, a controlada indireta CSA desocupou o restante da área, cerca de 72,4 mil m<sup>2</sup>, antes utilizada em suas operações, consolidando-as na unidade fabril em Montes Claros.

Trata-se de um complexo comercial de 319,7 mil m<sup>2</sup>, denominado Centro Comercial Seridó, onde 122,2 mil m<sup>2</sup> já foram desenvolvidos e arrendados. Em 2019, os valores de receita por arrendamento foram de R\$7.676 (R\$2.848 em 2018).

O valor justo foi apurado conforme laudo de avaliação efetuado por Mercatto Assessoria e Avaliações Ltda., avaliadores independentes, em consonância com a norma de avaliação de bens NBR 14.653 expedida pela ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas, para os respectivos exercícios. Para a mensuração do valor justo foi aplicada a “abordagem de mercado” (classificação nível 2), sendo as principais informações utilizadas os preços comparáveis por m<sup>2</sup> de imóveis similares na região e área dos imóveis. O efeito dos impostos no valor de R\$65.227 (R\$63.159 em 2018) estão registrados na rubrica de impostos diferidos. Vide nota explicativa nº 21.b.1 às demonstrações financeiras.

3) Complexo residencial SGA: Em 2018, a controlada indireta CSA disponibilizou área no município de São Gonçalo do Amarante (SGA) - RN contendo 520 mil m<sup>2</sup> para início de empreendimento habitacional.

O valor justo foi apurado conforme laudo de avaliação efetuado por Mercatto Assessoria e Avaliações Ltda., avaliadores independentes, em consonância com a norma de avaliação de bens NBR 14.653 expedida pela ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas, para os respectivos exercícios. Para a mensuração do valor justo foi aplicada a “abordagem de mercado” (classificação nível 2), sendo as principais informações utilizadas os preços comparáveis por m<sup>2</sup> de imóveis similares na região e área dos imóveis. O efeito dos impostos no valor de R\$15.259 (R\$15.029 em 2018) estão registrados na rubrica de impostos diferidos. Vide nota explicativa nº 21.b.1 às demonstrações financeiras.

4) Terrenos para loteamento: Em 2018, a controlada indireta Santanense Empreendimentos Imobiliários Ltda. deu início à elaboração de projeto conjunto com construtora parceira, para a divisão dos loteamentos nos terrenos localizados na região de Itaúna e Pitangui, em Minas Gerais. A controlada indireta prevê ceder seus terrenos para a instalação destes loteamentos, em contrapartida à 36,5% de participação no valor total de vendas do referido projeto, líquidos de impostos e comissões de venda. Com o direcionamento destes imóveis para este novo projeto, os valores dos terrenos foram transferidos para a rubrica “Propriedades para investimento”, avaliados ao valor justo.

O valor justo foi apurado conforme laudo de avaliação efetuado por Mercatto Assessoria e Avaliações Ltda., avaliadores independentes, em consonância com a norma de avaliação de bens NBR 14.653 expedida pela ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas, para os respectivos exercícios. Para a mensuração do valor justo foi aplicada a “abordagem de mercado” (classificação nível 2), sendo as principais informações utilizadas os preços comparáveis por m<sup>2</sup> de imóveis similares na região e área dos imóveis. O efeito dos impostos no valor de R\$2.341 (R\$2.441 em 2018) estão registrados na rubrica de impostos diferidos.

**5) Imóvel Vinhedo:** Em 2018, a Companhia adquiriu um imóvel na cidade de Vinhedo - SP, com 51 mil metros quadrados, onde estão localizados o centro de distribuição e o setor administrativo de sua controlada indireta AMMO Varejo. O valor de custo equivale ao valor justo em 31 de dezembro de 2018.

Em 2019, o valor justo foi apurado conforme laudo de avaliação efetuado por Mercatto Assessoria e Avaliações Ltda., avaliadores independentes, em consonância com a norma de avaliação de bens NBR 14.653 expedida pela ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. Para a mensuração do valor justo foi aplicada a "abordagem de mercado" (classificação nível 2), sendo as principais informações utilizadas os preços comparáveis por m<sup>2</sup> de imóveis similares na região e área dos imóveis. Na avaliação do valor justo foi apurado imposto diferido passivo de R\$7.723. Vide nota explicativa nº 21.b às demonstrações financeiras.

**6) Imóveis Montes Claros:** Esses imóveis foram classificados como propriedades para investimento pela controlada indireta CSA e são assim compostos:

	2019	2018
Terreno e edificações (antiga MECA ) (44.402 m <sup>2</sup> )	30.270	18.386
Terreno da ESURB atrás da CODEVASF (2.770 m <sup>2</sup> )	3.750	2.781
Terreno da ESURB Bairro Santa Rita II (11.700 m <sup>2</sup> )	4.200	4.602
Terreno de loteamento Reserva Real (11.287 m <sup>2</sup> )	-	3.574
Terreno no Ibituruna (11.842 m <sup>2</sup> )	7.900	11.842
Terreno região nova Prefeitura (72.491 m <sup>2</sup> )	14.120	14.091
	-----	-----
	60.240	55.276
	=====	=====
Custo residual do imóvel	51.702	55.276
Mais valia apurada	8.538	-
	-----	-----
Valor justo	60.240	55.276
	=====	=====

Em 2018, esses imóveis foram avaliados por especialistas contratados pela controlada indireta CSA e também pela Prefeitura de Montes Claros para determinação de seu valor justo e recebidos em pagamento de créditos vencidos mantidos junto à Prefeitura de Montes Claros em 2018. Portanto, seu valor de custo equivale ao valor justo em 31 de dezembro de 2018.

Em 2019, o valor justo foi apurado conforme laudo de avaliação efetuado por Mercatto Assessoria e Avaliações Ltda., avaliadores independentes, em consonância com a norma de avaliação de bens NBR 14.653 expedida pela ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. Para a mensuração do valor justo foi aplicada a "abordagem de mercado" (classificação nível 2), sendo as principais informações utilizadas os preços comparáveis por m<sup>2</sup> de imóveis similares na região e área dos imóveis. Na avaliação do valor justo foi apurado imposto diferido passivo de R\$2.903 (R\$2.561 em 2018). Vide nota explicativa nº 21.b.1 às demonstrações financeiras.

**7) Terreno Montes Claros:** A Companhia adquiriu em 2016, terreno na cidade de Montes Claros - MG, com 214 mil metros quadrados de sua coligada indireta Encorpar Empreendimentos Imobiliários. Esse terreno completa uma área contígua já de propriedade da Companhia, num total de 549 mil metros quadrados. Com o direcionamento destes imóveis para renda, os terrenos foram registrados na rubrica "Propriedades para investimento" naquela data, a valor justo.

O valor justo foi apurado conforme laudo de avaliação efetuado por Mercatto Assessoria e Avaliações Ltda., avaliadores independentes, em consonância com a norma de avaliação de bens NBR 14.653 expedida pela ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas, para o exercício de 2018. Para a mensuração do valor justo foi aplicada a "abordagem de mercado" (classificação nível 2), sendo as principais informações utilizadas os preços comparáveis por m<sup>2</sup> de imóveis similares na região e área dos

imóveis. O efeito dos impostos no valor de R\$9.209 (R\$6.110 em 2018) estão registrados na rubrica de impostos diferidos. Vide nota explicativa nº 21.b às demonstrações financeiras.

## 11. IMOBILIZADO E IMOBILIZADO DISPONÍVEL PARA VENDA

### a. Imobilizado:

Os saldos consolidados de ativos imobilizados são conforme segue:

	Taxa (*) %	Custo	Depreciação acumulada	2019	2018
				Líquido	Líquido
Terrenos e benfeitorias	0,7	52.715	(19.642)	33.073	33.430
Edifícios	2,4	402.382	(183.365)	219.017	243.938
Instalações	6,4	255.209	(190.733)	64.476	76.162
Máquinas e equipamentos	7,0	1.320.964	(1.013.365)	307.599	351.669
Usinas	3,9	57.777	(30.137)	27.640	28.744
Móveis, utensílios e outros	10,9	119.126	(97.252)	21.874	26.024
Obras em andamento	-	114.487	-	114.487	30.707
		-----	-----	-----	-----
		2.322.660	(1.534.494)	788.166	790.674
Propriedade de uso por controlada indireta (**)		47.850	-	47.850	25.137
		-----	-----	-----	-----
		2.370.510	(1.534.494)	836.016	815.811
		=====	=====	=====	=====

(\*) Taxa média ponderada anual de depreciação, excluindo os itens totalmente depreciados.

(\*\*) Vide nota explicativa nº 10.5 às demonstrações financeiras.

A movimentação dos saldos consolidados de ativos imobilizados é conforme segue:

	Terrenos e benfeitorias	Edifícios	Instalações	Máquinas e equipamentos	Usinas	Móveis, utensílios e outros	Obras em andamento (d)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	28.122	241.605	76.996	379.603	30.304	25.251	32.342	814.223
Correção monetária - Argentina (a)	5.713	9.136	3.968	7.457	-	236	291	26.801
Saldo em 1º de janeiro de 2018	33.835	250.741	80.964	387.060	30.304	25.487	32.633	841.024
Adições	185	1.056	860	10.484	450	2.238	34.882	50.155
Baixas líquidas	(92)	-	(34)	(297)	-	(273)	(344)	(1.040)
Transferências								
- Imobilizado	38	2.400	6.220	15.412	-	6.095	(30.165)	-
- Disponível para venda	-	-	-	274	-	-	(551)	(277)
- Propriedades para investimento	-	-	-	-	-	-	(2.744)	(2.744)
Variação cambial	(1.299)	(20)	(956)	(1.190)	-	164	(517)	(3.818)
Depreciação do exercício	(1.143)	(10.239)	(10.742)	(56.555)	(2.010)	(6.444)	-	(87.133)
Ajuste da provisão para perdas com ativos (b)	1.906	-	(150)	(48)	-	(437)	-	1.271
Operações descontinuadas (c)	-	-	-	(3.471)	-	(806)	(2.487)	(6.764)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	33.430	243.938	76.162	351.669	28.744	26.024	30.707	790.674
Adições	1.304	45	495	14.043	919	2.382	109.610	128.798
Baixas líquidas	(52)	-	(42)	(232)	-	(100)	(796)	(1.222)
Transferências								
- Imobilizado	75	555	5.489	12.771	(2)	287	(19.175)	-
- Propriedades para investimento	(580)	(4.927)	(7.439)	(21.745)	-	(101)	(6.472)	(41.264)
- Disponível para venda	-	(10.999)	-	(111)	-	(65)	-	(11.175)
Variação cambial	64	512	25	122	-	20	613	1.356
Depreciação do exercício	(1.610)	(10.107)	(10.257)	(48.933)	(2.021)	(5.553)	-	(78.481)
Ajuste da provisão para perdas com ativos (b)	442	-	43	15	-	(1.020)	-	(520)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	33.073	219.017	64.476	307.599	27.640	21.874	114.487	788.166

(a) Vide nota explicativa nº 2.4 às demonstrações financeiras.

(b) Anualmente a Companhia avalia a recuperabilidade do ativo imobilizado, considerando fluxo de caixa para o período de 5 anos. Em 2019, o ativo imobilizado consolidado está deduzido de provisão para perda no valor de R\$5.303 (R\$4.783 em 31 de dezembro de 2018).

(c) Vide nota explicativa nº 30 às demonstrações financeiras.

(d) Obras em andamento correspondem principalmente à modernização de máquinas e equipamentos.

b. Imobilizado disponível para venda

As subsidiárias da Companhia identificaram ativos que foram retirados das operações e segregados para venda. Esses ativos são formados basicamente pela atualização, no curso normal de suas operações, do parque industrial da subsidiária brasileira e por máquinas e equipamentos das unidades fabris da subsidiária americana que tiveram suas operações encerradas. Adicionalmente, os equipamentos disponibilizados para venda decorrentes da readequação das capacidades produtivas também foram incluídos nesta rubrica. Esses ativos foram avaliados pelo menor valor entre seu registro contábil e seu valor de mercado, resultando no reconhecimento de perdas prováveis em sua realização (redução ao valor recuperável).

Em 31 de dezembro de 2019, esse valor representava R\$24.421, sendo R\$12.327 classificados no ativo circulante e R\$12.094 no ativo não circulante (R\$37.444 no ativo não circulante em 31 de dezembro de 2018).

A movimentação do imobilizado disponível para a venda foi como segue:

	Transferências de/para propriedades para investimento						
	2018	Adições	Baixas	imobilizado	para investimento	Variação cambial	2019
Custo	435.217	-	(77.599)	22.181	(485)	17.175	396.489
Depreciação	(367.074)	(1.334)	59.282	(11.006)	209	(14.638)	(334.561)
Provisão para perda	(30.699)	(1.401)	(4.272)	-	-	(1.135)	(37.507)
	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	37.444	(2.735)	(22.589)	11.175	(276)	1.402	24.421
	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====

  

	Transferências de/para o imobilizado						
	2017	Adições	Baixas	Variação cambial	de/para o imobilizado		2018
Custo	385.546	-	(8.164)	62.602	(4.767)	435.217	
Depreciação	(324.971)	(1.300)	7.318	(53.165)	5.044	(367.074)	
Provisão para perda	(26.844)	(485)	619	(3.989)	-	(30.699)	
	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	33.731	(1.785)	(227)	5.448	277	37.444	
	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====

## 12. DIREITOS DE USO E ARRENDAMENTOS A RECEBER

A composição dos bens contratados como arrendamentos são como segue:

	Taxa (2) % a.a.	Custo	Amortização acumulada	Consolidado 2019 Líquido
Imóveis (CSA e CTS – uso próprio)	35,7	2.594	(928)	1.666
Imóveis (SGUS – uso próprio)	8,3	35.780	(2.982)	32.798
Imóveis – lojas (AMMO – uso próprio)	27,9	59.248	(16.412)	42.836
Veículos	58,9	1.779	(1.048)	731
Propriedades para investimento (1)		71.168	-	71.168
	-----	-----	-----	-----
Total de direito de uso		170.569	(21.370)	149.199
Arrendamentos financeiros a receber (1)		91.719	-	91.719
	-----	-----	-----	-----
		262.288	(21.370)	240.918
	=====	=====	=====	=====

(1) Imóveis arrendados, e subarrendados em parte, pela controlada indireta SGUS.

(2) A taxa média de amortização corresponde ao prazo médio dos contratos de arrendamentos dos respectivos bens de direito de uso.

A movimentação consolidada dos bens contratados como arrendamentos são como segue:

	Imóveis	Imóveis - SGUS	Imóveis - lojas	Veículos	Proprieda- des para investimento	Arrendamen- tos financeiros a receber	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	-	-	-	-	-	-
Adoção inicial IFRS 16/CPC 06 (R2) (*)	2.231	34.590	44.230	1.158	68.585	103.163	253.957
Variação cambial	-	1.151	-	-	2.330	3.765	7.246
Adições (**)	363	-	17.059	621	875	-	18.918
Baixas (***)	-	-	(1.613)	-	-	(10.491)	(12.104)
Amortização do exercício	(928)	(2.943)	(16.840)	(1.048)	-	(1.466)	(23.225)
Atualização de contratos de subarrendamento	-	-	-	-	4.279	9.705	13.984
Subarrendamentos recebidos	-	-	-	-	(4.901)	(12.957)	(17.858)
	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.666	32.798	42.836	731	71.168	91.719	240.918
	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====

(\*) Vide nota explicativa nº 18 às demonstrações financeiras sobre adoção inicial do IFRS 16/CPC 06.

(\*\*) Inclui novos contratos de arrendamento, renovação de contratos existentes e atualização dos valores dos arrendamentos.

(\*\*\*) Contratos de aluguel encerrados antecipadamente.

Os valores a receber decorrentes do subarrendamento dos imóveis em seus valores contratados são como segue:

Ano	Arrendamentos financeiros a receber
2020	13.145
2021	13.282
2022	13.426
2023	13.580
2024 em diante	96.361
	-----
	149.794
Ajuste a valor presente	(58.075)
	-----
	91.719
Circulante	(6.601)
	-----
Não circulante	85.118
	=====

### 13. INTANGÍVEL

	Consolidado	
	2019	2018
Ágio na aquisição da AMMO (1)	27.303	27.303
Marcas – próprias (2)	16.267	16.348
Marcas – licença de uso (3)	8.388	9.043
Propriedade intelectual (4)	15.387	7.378
Pontos comerciais (luvas) (5)	25.357	21.801
Outros	14	16
	-----	-----
Total	92.716	81.889
	=====	=====

A movimentação dos saldos consolidados dos ativos intangíveis no exercício foi como segue:

	Ágio na aquisição da AMMO (1)	Marcas - próprias (2)	Marcas - licença de uso (3)	Proprieda- de intel- lectual (4)	Pontos comerciais (luvas) (5)	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	27.303	16.348	9.043	7.378	21.801	16	81.889
Adições	-	-	-	9.609	125	-	9.734
Baixas	-	(81)	-	-	(361)	-	(442)
Amortização	-	-	(718)	(1.600)	-	(2)	(2.320)
Variação cambial	-	-	63	-	-	-	63
Provisão para perdas com ativos (5)	-	-	-	-	3.792	-	3.792
	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Saldo em 31 de dezembro de 2019	27.303	16.267	8.388	15.387	25.357	14	92.716
	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====

	Ágio na aquisição de empresas norte americanas	Ágio na aquisição da AMMO (1)	Marcas - próprias (2)	Marcas - licença de uso (3)	Propriedade intelectual (4)	Pontos comerciais (luvas) (5)	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	37.748	27.303	16.339	9.157	3.139	21.102	17	114.805
Adições	-	-	9	-	4.867	979	-	5.855
Baixas	-	-	-	-	-	-	(1)	(1)
Amortização	-	-	-	(723)	(628)	-	-	(1.351)
Variação cambial	5.933	-	-	(1.662)	-	-	-	4.271
Correção monetária Argentina (a)	-	-	-	2.271	-	-	-	2.271
Provisão para perdas com ativos (5)	-	-	-	-	-	(280)	-	(280)
Operações descontinuadas (b)	(43.681)	-	-	-	-	-	-	(43.681)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	27.303	16.348	9.043	7.378	21.801	16	81.889
	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====

(a) Vide nota explicativa nº 2.4 às demonstrações financeiras.

(b) Vide nota explicativa nº 30 às demonstrações financeiras.

#### (1) Ágio na aquisição da AMMO: Ágio decorrente de investimento na AMMO Varejo.

Anualmente a Companhia avalia a recuperabilidade deste ágio, utilizando para tanto práticas consideradas de mercado, como o fluxo de caixa descontado de sua unidade que possui ágio alocado. A recuperabilidade do ágio é avaliada com base na análise e identificação de fatos ou circunstâncias que possam acarretar a necessidade de se antecipar o teste realizado anualmente. Caso algum fato ou circunstância indique o comprometimento da recuperabilidade do ágio, o teste é antecipado.

O período de projeção dos fluxos de caixa para dezembro de 2019 foi de cinco anos. As premissas utilizadas para determinar o valor justo pelo método do fluxo de caixa descontado incluem: projeções de fluxo de caixa com base nas estimativas da Administração para fluxos de caixa futuros, taxas de desconto e taxas de crescimento para determinação da perpetuidade. Adicionalmente, a perpetuidade foi calculada considerando a estabilização das margens operacionais, níveis de capital de giro e investimentos.

A taxa de desconto utilizada foi de 13,3% a.a. e a taxa de crescimento da perpetuidade considerada foi de 3% a.a. A taxa de desconto utilizada foi determinada levando em consideração informações de mercado disponíveis na data do teste.

(2) Marcas – próprias: As marcas próprias estão registradas ao custo de aquisição, possuem vida útil indefinida, portanto não são amortizadas.

(3) Marcas – licença de uso: Representa o licenciamento do uso da marca “Santista” na Argentina e é amortizado pelo prazo do contrato em 15 anos.

(4) Propriedade intelectual: Refere-se à software desenvolvido para unificação dos canais de venda no varejo (lojas físicas e E-commerce), e é amortizado em 5 anos.

(5) Pontos comerciais (luvas): Os valores referentes aos pontos comerciais estão registrados pelo custo de aquisição dos respectivos pontos de vendas deduzidos de provisão para perda no valor de R\$7.994 (R\$11.786 em 31 de dezembro de 2018), baseado em seus valores de mercado determinados por empresa independente com especialização para avaliação dos mesmos.

Os itens de (2) a (4) acima são testados anualmente quanto a sua recuperabilidade. A Companhia não identificou indícios de deterioração ou de não recuperação dos saldos mantidos nesses intangíveis.

## 14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Moeda	Taxa anual de juros - %	Venci- mento	Consolidado	
				2019	2018
<b>Moeda nacional:</b>					
Banco do Brasil S.A. (a)	R\$	127,5 e 130,0 do CDI	2023	434.941	515.382
Bradesco S.A.	R\$	4,4 e 4,5 + CDI	2020	19.760	19.577
Banco Votorantim S.A. (b)	R\$	120,0 do CDI	2020	81.437	81.689
Banco BBM S.A. - CCB	R\$	149,0 e 150,5 do CDI e CDI + 4,0	2021	44.821	70.344
BDMG S.A.	R\$	7,3 + CDI	2019	-	9.032
Banco ABC do Brasil S.A.	R\$	4,3 + CDI	2022	128.475	132.757
Banco Fibra S.A. - CCE (b)	R\$	5,4 a 6,5 + CDI	2020	22.713	35.197
Banco Fibra S.A. - CCE	R\$	15,8	2022	819	4.065
Banco do Brasil S.A. - CDC	R\$	8,9 a 9,3	2020	77.391	50.931
BNDES (Finame)	R\$	3,0 a 9,5	2023	168	3.717
Banco Safra S.A. (b)	R\$	5,3 + CDI	2020	54.960	68.487
Banco Itaú Unibanco S.A. (b)	R\$	2,8 e 3,0 + CDI	2019	-	46.070
Caixa Econômica Federal (b) (c)	R\$	149,6 e 166,3 do CDI e CDI + 4,0	2022	54.322	22.567
Banco Daycoval S.A.	R\$	4,5 + CDI	2020	15.743	30.375
Banco Pine S.A.	R\$	6,3 a 7,8 + CDI	2022	23.782	15.063
Banco Sofisa S.A.	R\$	6,8 + CDI	2020	30.251	-
Outros (b)	R\$	-	2023	54.651	12.765
				-----	-----
				1.044.234	1.118.018
<b>Moeda estrangeira:</b>					
Banco Patagônia	\$ARG	58,8 a 59,0	2020	4.657	11.740
Banco Luso Brasileiro S.A.	US\$	8,5	2020	9.960	9.712
Banco do Brasil S.A.	US\$	5,6 a 6,2	2020	36.671	43.672
Banco Santander S.A. - PPE (d)	US\$	8,1	2021	124.252	125.004
JP Morgan	US\$	Líbor + 0,9	2020	32.648	31.393
Banco Industrial do Brasil S.A. - PPE/ACE (b)	US\$	7,7 a 8,0	2021	27.504	27.827
Banco Pine S.A.	US\$	8,5	2020	8.221	-
Banco Safra S.A.	US\$	6,0	2020	7.328	19.858
Banco Itaú Unibanco S.A.	US\$	7,5 e 7,6	2020	29.388	12.821
Banco Fibra S.A.	US\$	5,4	2020	20.261	-
SP Investidor IV, LLC (b)	US\$	13,05	2023	87.631	-
				-----	-----
				388.521	282.027
Total				1.432.755	1.400.045
Circulante				(825.161)	(837.423)
Não circulante				607.594	562.622
				=====	=====

(a) Inclui empréstimos da controlada indireta CSA (R\$390.936), com cláusulas contratuais de vencimento antecipado, onde a controlada SGPSA, na condição de avalista, comprometeu-se a cumprir os seguintes índices financeiros: razão entre Dívida Financeira Líquida e EBITDA, de no máximo a 4,0 vezes em 2017; 3,5 vezes em 2018; 3,0 vezes a partir de 2019, em suas demonstrações financeiras consolidadas anuais. Em 31 de dezembro de 2019, o índice foi cumprido.

(b) Empréstimos mantidos em parte pela controladora.

(c) Inclui empréstimo da controlada SGPSA (R\$15.944), com cláusulas contratuais de vencimento antecipado, onde a controlada comprometeu-se a cumprir os seguintes índices financeiros em suas demonstrações financeiras consolidadas anuais: (i) razão entre Dívida Financeira Líquida e EBITDA, de no máximo 3,0 vezes a partir de 2019, em suas demonstrações financeiras consolidadas anuais; (ii) razão entre dívida financeira líquida e patrimônio líquido no máximo 0,7 vezes durante o período do contrato; e (iii) razão entre EBITDA e a despesa financeira líquida no mínimo 2,0 vezes. Em 31 de dezembro de 2019 os índices foram cumpridos.

(d) Empréstimo da controlada indireta CSA, com garantia de títulos e valores mobiliários em dólares vinculada no valor de US\$17.617 mil (vide nota explicativa nº 4 às demonstrações financeiras). Empréstimos com cláusulas contratuais de vencimento antecipado, onde a controlada SGPSA, na condição de avalista, comprometeu-se a cumprir os seguintes índices financeiros em suas demonstrações financeiras consolidadas anuais: (i) razão entre Dívida Financeira Líquida e EBITDA, de no máximo a 3,5 vezes em 2017; 3,25 vezes em 2018; 3,0 vezes em 2019; (ii) razão entre dívida financeira líquida e patrimônio líquido no máximo 0,7 vezes durante o período do contrato; e (iii) razão entre o EBITDA e a despesa financeira líquida no mínimo 2,0 vezes. Em 31 de dezembro de 2019, os índices foram cumpridos.

Os termos utilizados para descrever os índices financeiros descritos nos itens (a), (c) e (d) acima, têm sua definição determinada em contrato e podem diferir das rubricas contábeis.

Os empréstimos são garantidos por: (i) imóveis, máquinas e equipamentos, gravados em 1º grau; (ii) fiança da Companhia; e (iii) por duplicatas a receber.

Os vencimentos dos empréstimos são como segue:

	2020	2021	2022	2023	Total
<b>Moeda nacional:</b>					
Banco do Brasil S.A.	72.681	144.796	108.622	108.842	434.941
Bradesco S.A.	19.760	-	-	-	19.760
Banco Votorantim S.A.	81.437	-	-	-	81.437
Banco BBM S.A. - CCB	25.513	19.308	-	-	44.821
Banco ABC do Brasil S.A.	34.200	51.390	42.885	-	128.475
Banco Fibra S.A. - CCE	22.713	-	-	-	22.713
Banco Fibra S.A. - CCE	9	-	810	-	819
Banco do Brasil S.A. - CDC	77.391	-	-	-	77.391
BNDES (Finame)	134	14	14	6	168
Banco Safra S.A.	54.960	-	-	-	54.960
Caixa Econômica Federal	22.962	22.114	9.246	-	54.322
Banco Daycoval S.A.	15.743	-	-	-	15.743
Banco Pine S.A.	17.382	3.200	3.200	-	23.782
Banco Sofisa S.A.	30.251	-	-	-	30.251
Outros	53.795	410	410	36	54.651
	-----	-----	-----	-----	-----
	528.931	241.232	165.187	108.884	1.044.234
<b>Moeda estrangeira:</b>					
Banco Patagonia	4.657	-	-	-	4.657
Banco Luso Brasileiro S.A.	9.960	-	-	-	9.960
Banco do Brasil S.A.	36.671	-	-	-	36.671
Banco Santander S.A. - PPE	108.184	16.068	-	-	124.252
JP Morgan	32.648	-	-	-	32.648
Banco Industrial do Brasil S.A. - PE/ACE	19.443	8.061	-	-	27.504
Banco Pine S.A.	8.221	-	-	-	8.221
Banco Safra S.A.	7.328	-	-	-	7.328
Banco Itaú Unibanco S.A.	29.388	-	-	-	29.388
Banco Fibra S.A.	20.261	-	-	-	20.261
SP Investidor IV, LLC	19.469	22.008	25.059	21.095	87.631
	-----	-----	-----	-----	-----
	296.230	46.137	25.059	21.095	388.521
	=====	=====	=====	=====	=====
<b>Total</b>	<b>825.161</b>	<b>287.369</b>	<b>190.246</b>	<b>129.979</b>	<b>1.432.755</b>
	=====	=====	=====	=====	=====

A movimentação consolidada dos empréstimos e debêntures foi como segue:

	2019		2018
	Empréstimos	Debêntures	Total
Saldo no início do exercício	1.400.045	148.322	1.548.367
Novas captações ou renovações	610.188	-	610.188
Juros provisionados	128.010	10.112	138.122
Amortização de principal	(582.022)	(50.000)	(632.022)
Pagamento de juros	(129.053)	(10.610)	(139.663)
Variação cambial	8.245	-	8.245
Encargos antecipados, líquidos	(2.658)	1.573	(1.085)
Operações descontinuadas	-	-	(2.262)
	-----	-----	-----
Saldo no final do exercício	1.432.755	99.397	1.532.152
	=====	=====	=====

## 15. DEBÊNTURES

a) Em 12 de junho de 2017, a controlada indireta CSA emitiu a 3ª série de debêntures não conversíveis em ações, com as características descritas abaixo, a qual, na mesma data, foi integralmente subscrita pela Gaia Agro Assessoria Financeira Ltda. ("Subscritora"). Posteriormente, a Subscritora alienou as Debêntures à Gaia Agro Securitizadora S.A. ("Securitizadora"), com objetivo de vincular os recursos das debêntures à emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA.

### Características das Debêntures

Quantidade de debêntures emitidas	50.000
Valor unitário das debêntures (valor em reais)	R\$1.000
Amortização:	
Vencimento 1ª parcela - 25,00%	18/12/2018
Vencimento 2ª parcela - 25,00%	18/06/2019
Vencimento 3ª parcela - 25,00%	18/12/2019
Vencimento 4ª parcela - 25,00%	18/06/2020
Remuneração	110% do CDI
Amortização dos juros	Semestrais
Garantias	(1)
Cláusulas de vencimento antecipado (covenant)	(2)

Os recursos ingressaram naquela controlada na data da subscrição das debêntures.

As despesas de emissão das debêntures e subsequentemente as despesas de emissão dos CRA, no valor de aproximadamente R\$1.977, equivalentes a 3,95% do valor total de emissão, serão amortizados como custo da operação, juntamente com os encargos das debêntures, na proporção de seu saldo devedor.

#### (1) Garantias:

Garantia Real: Imóveis da controlada indireta CSA cujo valor de avaliação é superior a 200% do valor de emissão dos CRA. A qualquer momento, poderão ser alienados um ou mais imóveis a critério da controlada indireta CSA com a anuência dos titulares dos CRA, desde que: (i) tal alienação não diminua a razão de 200% de garantia das obrigações garantidas junto aos titulares dos CRA; e (ii) a controlada indireta CSA use o valor líquido dos imóveis alienados para amortização de financiamentos bancários.

Garantia Fidejussória: Fiança prestada pela Springs Global Participações S.A.

(2) Cláusulas de vencimento antecipado (covenants):

Além de cláusulas usuais de vencimento antecipado, a SGPSA, comprometeu-se a cumprir os seguintes índices financeiros: (i) razão entre Dívida Líquida e EBITDA Ajustado, igual ou inferior a 4,00 (quatro inteiros); (ii) razão entre Dívida Líquida e Patrimônio Líquido, igual ou inferior a 0,7 (sete décimos), exceto para junho de 2018, igual ou inferior a 0,8 (oito décimos); e (iii) razão entre EBITDA e Juros, igual ou superior a 2 (dois inteiros). Os índices previstos acima estão previstos para todo o período do contrato e sua medição ocorre semestralmente a partir de dezembro de 2017. Os termos utilizados para descrever os índices têm sua definição determinada em contrato e podem diferir das rubricas contábeis. Em 31 de dezembro de 2019, os índices foram cumpridos.

b) Em 19 de fevereiro de 2018, a controlada indireta CSA emitiu a 4<sup>a</sup> série de debêntures não conversíveis em ações, com as características abaixo, as quais, em 19 de fevereiro de 2018, foram integralmente subscritas.

Características da 4<sup>a</sup> Emissão de Debêntures

Quantidade de debêntures emitidas	150.000
Valor unitário das debêntures (valor em reais)	R\$1.000
Amortização	12 parcelas trimestrais iguais
Vencimento 1 <sup>a</sup> parcela	19/05/2018
Vencimento 12 <sup>a</sup> parcela	19/02/2021
Remuneração	100% do CDI + 2,75% a.a.
Amortização dos juros	12 parcelas trimestrais iguais
Garantias	(1)
Cláusulas de vencimento antecipado (covenant)	(2)

(1) Garantias:

Garantia Real: Imóveis daquela controlada indireta , referidos na nota explicativa nº 10.2 às demonstrações financeiras, cujo valor de avaliação deve manter-se superior a 1,43 vezes o valor de emissão das Debêntures no 1º ano e nos seguintes 1,67 vezes. Adicionalmente, os contratos de locação do imóvel fazem parte da garantia, podendo o agente fiduciante, em caso de inadimplemento reter os recebíveis de aluguéis até a solução da inadimplência.

Garantia Fidejussória: Fiança prestada pela Springs Global Participações S.A. e por Josué Christiano Gomes da Silva.

(2) Cláusulas usuais de vencimento antecipado sem compromisso pela manutenção de índices financeiros.

Os saldos das debêntures, em 31 de dezembro de 2019 e 2018, eram assim compostos.

	Debêntures da		2019	2018
	3 <sup>a</sup> série	4 <sup>a</sup> série		
Valor original	12.500	87.500	100.000	150.000
Encargos antecipados	(282)	(1.103)	(1.385)	(2.958)
Juros provisionados	19	763	782	1.280
	-----	-----	-----	-----
Total das debêntures	12.237	87.160	99.397	148.322
Circulante	(12.237)	(74.771)	(87.008)	(74.653)
	-----	-----	-----	-----
Não circulante	-	12.389	12.389	73.669
	=====	=====	=====	=====

## 16. FORNECEDORES

	Consolidado	
	2019	2018
Mercado interno	168.239	113.374
Mercado externo	29.729	16.870
	-----	-----
	197.968	130.244
	=====	=====

As contas a pagar a fornecedores são compostas substancialmente por títulos cujo prazo médio de pagamento é de, aproximadamente 55 dias (38 dias em 31 de dezembro 2018).

## 17. CONCESSÕES GOVERNAMENTAIS

A controlada indireta CSA participa em consórcio de concessão de geração de energia elétrica com as empresas CEMIG Geração e Transmissão S.A. e Vale (denominada anteriormente Companhia Vale do Rio Doce), em partes iguais de 33,33%, para cuja administração não foi constituída empresa com característica jurídica independente. São mantidos controles nos registros contábeis da Companhia, equivalentes à sua participação.

Como retribuição pela outorga da concessão, a CSA e as demais consorciadas pagarão à União parcelas ao longo do tempo de concessão, conforme demonstrado abaixo.

Início do prazo de concessão: 10 de julho de 1997

Prazo de concessão: 35 anos

Valor total da concessão: R\$333.310

Atualização monetária: IGP-M

Parcelas anuais demonstrando os valores totais da concessão:

	5º ao 15º ano 2002 a 2012	16º ao 25º ano 2013 a 2022	26º ao 35º ano 2023 a 2032
Valores históricos:	-----	-----	-----
Parcela mínima	120	120	120
Parcela adicional	-	12.510	20.449
	-----	-----	-----
Parcela anual	120	12.630	20.569
Parcelas totais	1.320	126.300	205.690
Parcelas atualizadas	6.964	666.356	1.085.202
	=====	=====	=====

Para fins contábeis, a CSA reconhece as despesas incorridas pelo regime de competência, em contrapartida ao passivo não circulante, de forma linear, tendo como base sua participação no valor total da outorga; 33,33%, a valor presente, considerando a taxa básica de juros, atualizada pelo IGP-M. Em 31 de dezembro de 2019, esse valor representava R\$65.983, sendo R\$22.212 classificados no passivo circulante e R\$43.771 classificados no passivo não circulante (R\$65.448, sendo R\$21.361 classificados no passivo circulante e R\$44.087 classificados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2018).

Os valores apresentados no ativo imobilizado, objeto da presente concessão, em 31 de dezembro de 2019, somam R\$18.208 (R\$19.610 em 31 de dezembro de 2018) e consideram a participação da CSA nos investimentos realizados para a construção da Usina Hidroelétrica de Porto Estrela, localizada no Rio Santo Antônio, a 270 km de Belo Horizonte, com potência instalada de 112MW. A referida Usina iniciou sua geração no final de 2001.

## 18. ARRENDAMENTOS A PAGAR

A composição dos arrendamentos a pagar é como segue:

	Vencimentos	Consolidado	
			2019
Imóveis	2024	1.735	
SGUS (*)	2030	217.120	
Imóveis – lojas	2025	45.142	
Veículos	2021	747	
		-----	
		264.744	
Circulante		(50.486)	
		-----	
Não circulante		214.258	
		=====	

(\*) Passivo correspondente aos ativos de direito de uso classificados como: (i) Imóveis – SGUS; (ii) Propriedades para investimento; e (iii) Arrendamentos financeiros a receber. Vide nota explicativa nº 12 às demonstrações financeiras.

Os vencimentos dos arrendamentos consolidados são como segue:

	2020	2021	2022	2023	2024 a 2030	Total
Imóveis	981	744	84	84	70	1.963
SGUS	32.890	31.933	32.193	32.453	234.675	364.144
Imóveis - lojas	18.921	14.163	8.675	6.903	4.390	53.052
Veículos	539	267	-	-	-	806
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Total bruto	53.331	47.107	40.952	39.440	239.135	419.965
Ajuste a valor presente	(2.845)	(6.722)	(9.237)	(11.573)	(124.844)	(155.221)
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Total a pagar	50.486	40.385	31.715	27.867	114.291	264.744
	=====	=====	=====	=====	=====	=====

A movimentação consolidada dos arrendamentos a pagar é como segue:

	Imóveis	SGUS	Imóveis – lojas	Veículos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018 (1)	-	23.221	-	-	23.221
Variação cambial	-	131	-	-	131
Adoção inicial IFRS 16/CPC 06 R2 (2)	2.231	206.338	44.230	1.158	253.957
	-----	-----	-----	-----	-----
Saldos em 1º de janeiro de 2019	2.231	229.690	44.230	1.158	277.309
Adições (3)	363	-	17.059	621	18.043
Baixas (4)	-	(10.854)	(1.701)	-	(12.555)
Encargos	197	22.933	5.021	78	28.229
Pagamentos	(1.056)	(32.776)	(19.467)	(1.110)	(54.409)
Variação cambial	-	8.034	-	-	8.034
Outros	-	93	-	-	93
	-----	-----	-----	-----	-----
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.735	217.120	45.142	747	264.744
	=====	=====	=====	=====	=====

(1) Saldos mantidos como Arrendamento Mercantil, líquidos dos subarrendamentos, anterior à aplicação do IFRS 16.

(2) A Administração da Companhia optou pela abordagem de transição retrospectiva simplificada. Essa abordagem não impacta os lucros acumulados (patrimônio líquido) na data da adoção inicial, uma vez que o montante do ativo de direito de uso é igual ao passivo de arrendamentos a pagar trazidos ao valor presente e possibilita a utilização de expedientes práticos. A Administração da Companhia considerou como componente de arrendamento para lojas somente o valor do aluguel mínimo fixo para fins de avaliação do passivo. A mensuração do passivo de arrendamento corresponde ao total dos pagamentos futuros de aluguéis fixos, nos quais consideramos os prazos vigentes nos contratos. Esses fluxos de pagamentos são ajustados a valor presente, considerando a taxa incremental de empréstimo. Os encargos financeiros são reconhecidos como despesa financeira. A taxa incremental de empréstimo corresponde à taxa de juros que a Companhia teria que pagar, caso contratasse financiamento para a aquisição de ativos similares aos direitos de uso, com valor similar, e sob as mesmas condições contratuais e econômicas do arrendamento (variam entre 9% e 10% ao ano).

(3) Inclui novos contratos de arrendamento, renovação de contratos existentes e atualização dos valores dos arrendamentos.

(4) Contratos de aluguel encerrados antecipadamente.

Os efeitos no resultado em 31 de dezembro de 2019 são como segue:

Operações continuadas	Propriedades							Consolidado
	Imóveis	Imóveis - lojas	Imóveis - SGUS	Veículos	para investimento	Arrendamentos financeiros		
Arrendamentos pagos no exercício	1.056	19.467	4.898	1.110	11.934	14.117	52.582	
PIS e COFINS recuperado	-	(1.801)	-	-	-	-	(1.801)	
Amortização de direitos de uso	(928)	(16.840)	(2.943)	(1.048)	-	(220)	(21.979)	
PIS e COFINS sobre amortização	-	1.387	-	-	-	-	1.387	
Juros apropriados sobre arrendamentos a pagar	(197)	(5.021)	(3.466)	(78)	(8.777)	(9.595)	(27.134)	
PIS e COFINS sobre juros	-	414	-	-	-	-	414	
Baixas, líquidas	-	88	-	-	-	363	451	
Atualização de contratos de subarrendamento	-	-	-	-	4.279	9.705	13.984	
Subarrendamentos recebidos	-	-	-	-	(4.901)	(12.957)	(17.858)	
Total dos efeitos com a aplicação da norma IFRS 16	(69)	(2.306)	(1.511)	(16)	2.535	1.413	46	
	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====

Operações descontinuadas	Arrendamentos financeiros		Consolidado
Arrendamentos pagos no exercício	1.827	1.827	
Amortização de direitos de uso	(1.246)	(1.246)	
Juros apropriados sobre arrendamentos	(1.095)	(1.095)	
Total dos efeitos com a aplicação da norma IFRS 16	(514)	(514)	
	=====	=====	=====

## 19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### a. Capital realizado

O capital social subscrito e realizado em 31 de dezembro de 2019 e 2018 está representado como segue:

	Nº de ações	
	2019	2018
Ordinárias	13.912.800	13.912.800
Preferenciais	16.723.657	16.723.657
	-----	-----
	30.636.457	30.636.457
	=====	=====

Não houve movimentação do número de ações subscritas e realizadas para o período entre 1º de janeiro de 2018 e 31 de dezembro de 2019.

Todas as ações são nominativas e sem valor nominal. As ações preferenciais não possuem direito de voto e gozam das seguintes vantagens: (a) prioridade no reembolso do capital na hipótese de liquidação; e (b) direito de serem incluídas na oferta pública de alienação de controle, ao mesmo preço e nas mesmas condições ofertadas aos acionistas controladores alienantes, assegurando o dividendo pelo menos igual ao das ações ordinárias.

### b. Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo correspondente a 1/3 do lucro líquido do exercício, ajustado conforme o Estatuto e a Lei das Sociedades por Ações.

### c. Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros é constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76 e tem como objetivo a aplicação em futuros investimentos.

## 20. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	A receber		A pagar	
	2019	2018	2019	2018
<b>Consolidado:</b>				
Innotex International Ltd.	11.564	10.744	-	-
Holtex, Inc.	1.378	6.812	-	-
Empr. Nac. Com. Rédito e Particip. S.A. - ENCORPAR	52.016	30.813	-	-
Seda, Inc.	-	106	-	58
Wembley S.A.	9.750	-	-	-
Companhia Tropical de Alimentos e Participações	5.308	736	-	-
Encorpar Empr. Imob. Ltda.	-	-	1.194	-
	-----	-----	-----	-----
	80.016	49.211	1.194	58
	=====	=====	=====	=====

	Encargos financeiros (consolidado)	
	2019	2018
Wembley S.A.	1.290	5.375
Empr. Nac. Com. Rédito e Particip. S.A. - ENCORPAR	4.237	7.040
JAGS - José Alencar Gomes da Silva	139	547
Innotex International Ltd.	379	367
Seda S.A.	104	73
Encorpar Empr. Imob. Ltda.	(47)	(60)
Econorte - Empr. Constr. Norte de Minas Ltda.	2	2
Seda, Inc.	260	-
	-----	-----
	6.364	13.344
	=====	=====

Os saldos referem-se a mútuos contratados com a Companhia em condições equitativas de acordo com as práticas de mercado. Os encargos são calculados de acordo com o custo médio dos empréstimos da companhia cedente do recurso.

Em Reunião do Conselho de Administração da controlada SGPSA, realizada em 29 de dezembro de 2015, foi autorizado o pagamento de comissão de 2% (dois por cento ao ano), limitado ao valor cumulativo de R\$47.750 sobre avais/garantias prestados pela Companhia sobre empréstimos e financiamentos tomados pela controlada SGPSA e suas controladas. Em 31 de dezembro de 2019, o valor de R\$13.669 estava contabilizado, sendo R\$4.418 na rubrica “Outros contas a pagar” no passivo circulante (R\$5.288 em 31 de dezembro de 2018) e R\$9.251 na rubrica “Outras obrigações” no passivo não circulante (R\$13.669 em 31 de dezembro de 2018), referentes a avais sobre contratos e linhas de créditos já existentes. Em 2019, foi apropriado o valor de R\$5.288 como receita financeira na rubrica “Receitas financeiras” (R\$7.418 em 2018). Esses valores são eliminados nas demonstrações consolidadas.

A Encorpar Empreendimentos Imobiliários Ltda., empresa ligada, e a controlada Santanense possuem contrato de locação do imóvel onde se situam os escritórios da controlada. Em 2019, foram efetuados pagamentos no valor de R\$475 (R\$466 em 2018).

Os valores pagos a diretores e pessoas-chave da Administração estão destacados nas demonstrações do resultado, sob a rubrica “Honorários da administração” e incluem os benefícios de longo prazo e pós-emprego, quando aplicáveis.

## 21. IMPOSTO DE RENDA, CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E OUTROS IMPOSTOS

### a. Conciliação dos impostos sobre o lucro (imposto de renda e contribuição social)

	2019						
	CTNM Controladora	Oxford Consolidado	CSA Consolidado	SGUS	Tropical Agroparti- cipações	Outros (2)	CTNM Consolidado
Resultado antes dos impostos (1)	(53.809)	(29.131)	(106.061)	246.733	(528)	(20.930)	36.274
Equivalência patrimonial	640	209	-	7.159	-	4.487	12.495
Subvenção para investimentos	-	(15.108)	(40.447)	-	-	-	(55.555)
Diferenças permanentes de controladas no exterior	-	-	-	(4.338)	-	-	(4.338)
Outros	209	598	1.072	-	-	78	1.957
-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Base de cálculo dos impostos	(52.960)	(43.432)	(145.436)	249.554	(528)	(16.365)	(9.167)
Alíquota de 34%	18.006	14.767	49.448	(84.848)	180	5.564	3.117
Créditos fiscais não constituídos	(20.295)	(9.344)	(52.819)	6.537	(7)	(5.564)	(81.492)
Créditos fiscais de controlada no exterior	-	-	(120)	(291)	-	-	(411)
Outros	13	295	(301)	230	(130)	-	107
-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Total dos impostos sobre o lucro	(2.276)	5.718	(3.792)	(78.372)	43	-	(78.679)
=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====
Operações continuadas							
Impostos sobre o lucro – corrente	-	1.983	(323)	4.640	173	-	6.473
Impostos sobre o lucro – diferido	(2.276)	3.735	(3.469)	(291)	(130)	-	(2.431)
-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	(2.276)	5.718	(3.792)	4.349	43	-	4.042
=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====
Operações descontinuadas							
Impostos sobre o lucro – corrente	-	-	-	(2.535)	-	-	(2.535)
Impostos sobre o lucro – diferido	-	-	-	(80.186)	-	-	(80.186)
-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	-	-	-	(82.721)	-	-	(82.721)
=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====

(1) Inclui resultado antes dos impostos de operações descontinuadas. Vide notas explicativas nº 30 e 31 às demonstrações financeiras.

(2) Inclui efeito cambial de controladas no exterior, resultado de controladas não operacionais e eliminações para a consolidação.

	2018						
	CTNM Controladora	Oxford Consolidado	CSA Consolidado	SGUS	Tropical Agroparti- cipações	Outros (2)	CTNM Consolidado
Resultado antes dos impostos (1)	163.702	109.210	109.000	35.281	(15.242)	(112.924)	289.027
Equivalência patrimonial	(110.571)	5.863	-	-	-	89.930	(14.778)
Subvenção para investimentos	-	(12.327)	(45.169)	-	-	-	(57.496)
Diferenças permanentes de controladas no exterior	-	-	-	(2.153)	-	-	(2.153)
Outros	344	234	285	234	-	-	1.097
	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Base de cálculo dos impostos	53.475	102.980	64.116	33.362	(15.242)	(22.994)	215.697
Alíquota de 34%	(18.182)	(35.013)	(21.799)	(11.343)	5.182	7.819	(73.336)
Créditos fiscais não constituídos	1.466	(134)	(30.669)	7.979	-	(7.819)	(29.177)
Créditos fiscais de controlada no exterior	-	-	(1.569)	46.998	-	-	45.429
Outros	17	4	(447)	(333)	407	-	(352)
	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Total dos impostos sobre o lucro	(16.699)	(35.143)	(54.484)	43.301	5.589	-	(57.436)
	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====
Operações continuadas							
Impostos sobre o lucro – corrente	-	(2.981)	(19.562)	-	(477)	-	(23.020)
Impostos sobre o lucro – diferido	(16.699)	(32.162)	(34.922)	47.021	6.066	-	(30.696)
	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	(16.699)	(35.143)	(54.484)	47.021	5.589	-	(53.716)
	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====
Operações descontinuadas							
Impostos sobre o lucro – corrente	-	-	-	(3.700)	-	-	(3.700)
Impostos sobre o lucro – diferido	-	-	-	(20)	-	-	(20)
	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	-	-	-	(3.720)	-	-	(3.720)
	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====

(1) Inclui resultado antes dos impostos de operações descontinuadas. Vide notas explicativas nº 30 e 31 às demonstrações financeiras.

(2) Inclui efeito cambial de controladas no exterior, resultado de controladas não operacionais e eliminações para a consolidação.

#### b. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia, na condição de controladora, tem como resultado basicamente equivalência patrimonial e resultado de aplicações financeiras. Os lucros de controladas no exterior são tributados como adição ao lucro tributável e recebem créditos dos impostos pagos no país de origem até o limite de 25% de sua base de cálculo. Quando esses resultados são prejuízos, eles não se constituem em créditos tributários no Brasil, porém são compensados com os resultados futuros da controlada no exterior que o gerou. Portanto, na condição de controladora, são bem específicas as situações onde a Companhia pode vir a constituir créditos tributários.

Os valores de imposto de renda e de contribuição social diferidos, registrados nas demonstrações financeiras consolidadas, são provenientes de provisões temporariamente não dedutíveis, crédito fiscal incorporado e prejuízos fiscais das controladas.

O imposto de renda e contribuição social diferidos consolidados são compostos como segue:

	2018	Reconhecidos no				2019
		Resultado	Patrimônio líquido	Variação cambial	Outros	
<b>Ativo:</b>						
Prejuízo fiscal, líquido (Companhia) (p)	3.454	-	-	-	-	3.454
Diferenças temporárias (Companhia) (p)	4.299	2.000	-	-	-	6.299
Diferenças temporárias (Companhia Argentina) (a)	10	-	-	-	(10)	-
Diferenças temporárias (CSA - Argentina) (1) (a)	646	-	-	-	3	649
Diferenças temporárias (CSA - Brasil) (1) (p)	13.734	1.901	-	-	-	15.635
Prejuízo fiscal, líquido (CSA - Brasil) (1) (p)	3.049	(1.901)	-	-	-	1.148
Créditos fiscais de controlada no exterior (CSA) (1) (p)	7.167	-	-	-	-	7.167
Prejuízo fiscal, líquido (SGUS - EUA) (2) (a)	145.183	(80.477)	-	3.031	(1.236)	66.501
Diferenças temporárias (AMMO - Brasil) (1) (a)	257	(546)	-	-	514	225
Prejuízo fiscal, líquido (AMMO - Brasil) (1) (a)	2.042	(1.510)	-	-	(532)	-
Prejuízo fiscal, líquido (SGPSA - Brasil) (a)	1.905	-	-	-	-	1.905
Diferenças temporárias (Santanense) (3) (a) (*)	4.507	(2.107)	-	-	-	2.400
Prejuízo fiscal, líquido (Santanense) (3) (a) (*)	17.768	2.171	-	-	-	19.939
Diferenças temporárias (Oxford) (a) (*)	5.686	(5.686)	-	-	-	-
Reclassificações para apresentação de balanço (a) (*)	(27.961)	-	-	-	5.622	(22.339)
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	181.746	(86.155)	-	3.031	4.361	102.983
<b>Passivo:</b>						
Diferenças temporárias (Companhia) (p)	(3.796)	92	-	-	-	(3.704)
Deságio em controlada (Companhia) (p)	(426)	-	-	-	-	(426)
Propriedades para investimento (Companhia) (p)	(6.110)	(10.822)	-	-	-	(16.932)
Diferenças temporárias (Companhia) (p)	(14.017)	(10)	-	-	-	(14.027)
Diferenças temporárias (Companhia - Argentina) (p)	-	-	-	-	(75)	(75)
Venda a prazo de investimentos (Companhia) (p)	(6.464)	6.464	-	-	-	-
Propriedades para investimento (CSA - Brasil) (1) (p)	(78.188)	(1.293)	(3.908)	-	-	(83.389)
Correção monetária (CSA - Argentina) (1) (p)	(10.156)	(120)	-	-	3.625	(6.651)
Propriedades para investimento (Santanense) (3) (p)	(2.441)	45	-	-	55	(2.341)
Diferenças temporárias (CSA - Brasil) (1) (p) (**)	-	-	-	-	(17.539)	(17.539)
Diferenças temporárias (Santanense) (3) (p)	(27.960)	966	-	-	-	(26.994)
Venda a prazo de investimentos (Oxford) (p)	(8.346)	8.346	-	-	-	-
Diferenças temporárias (Oxford) (p)	(89)	-	-	-	89	-
Deságio em controlada (Oxford) (p)	(4.623)	-	-	-	-	(4.623)
Propriedades para investimento (Tropical) (p)	-	(130)	130	-	-	-
Reclassificações para apresentação de balanço (p) (*)	27.961	-	-	-	(5.622)	22.339
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	(134.655)	3.538	(3.778)	-	(19.467)	(154.362)
Total de impostos diferidos, líquido	47.091	(82.617)	(3.778)	3.031	(15.106)	(51.379)
	=====	=====	=====	=====	=====	=====
Impostos diferidos no ativo não circulante (soma de a)	150.043	(88.155)	-	3.031	4.361	69.280
Impostos diferidos no passivo não circulante (soma de p)	(102.952)	5.538	(3.778)	-	(19.467)	(120.659)
	=====	=====	=====	=====	=====	=====

(\*) Reclassificações efetuadas para apresentação de balanço.

(\*\*) Impostos diferidos sobre receita de créditos de PIS e COFINS transferidos do Passivo Circulante. Vide nota explicativa nº 24 às demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía R\$214.301 em prejuízos fiscais (R\$187.566 em 31 de dezembro de 2018) e R\$228.470 de base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro (R\$201.906 em 31 de dezembro de 2018), cujos ativos fiscais não estão reconhecidos nas demonstrações financeiras.

(1) Impostos diferidos da controlada indireta CSA:

A controlada indireta CSA, com base em plano de negócios e projeções futuras, manteve os ativos fiscais diferidos decorrentes de prejuízos fiscais acumulados. As projeções futuras consideram os resultados operacionais da controlada, para os próximos 10 anos trazidos a valor presente e uma redução das taxas de juros ao longo desse período e o consequente custo da dívida, dentre outras ações. Com base nestas ações e nas premissas utilizadas na preparação do plano de negócios, a Administração daquela controlada possui expectativa de geração de lucros tributáveis futuros que permitirão a realização dos créditos tributários diferidos demonstrados como segue:

Ano	Consolidado		
	Diferenças temporárias	Prejuízos fiscais (*)	Total
2023	16.509 =====	8.315 =====	24.824 =====

(\*) Inclui compensação de impostos pagos na Argentina.

As diferenças temporárias são dedutíveis integralmente do lucro tributável, enquanto que os prejuízos fiscais são limitados a 30% do lucro tributável. Ambos não têm prazo para prescrição.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2019, a controladora CSA possuía R\$915.612 em prejuízos fiscais (R\$689.919 em 31 de dezembro de 2018) e R\$921.695 de base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro (R\$696.197 em 31 de dezembro de 2018), cujos ativos fiscais não estão reconhecidos nas demonstrações financeiras. Em 31 de dezembro de 2019, a controlada AMMO Varejo possuía R\$283.948 em prejuízos fiscais e R\$282.322 de base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro.

Impostos diferidos (passivo) – propriedades para investimento:

Imposto de renda e contribuição social decorrentes da mais valia apurada em propriedades para investimento. Vide nota explicativa nº 10 às demonstrações financeiras.

	Imóveis para renda São Gonçalo		Imóveis para valorização Montes Claros (10.6)	Total
	Complexo comercial (10.2)	Complexo residencial (10.3)		
Valor justo	301.550	44.974	60.240	406.764
Total do custo residual	(109.707)	(93)	(51.702)	(161.502)
	-----	-----	-----	-----
Mais valia apurada	191.843	44.881	8.538	245.262
	-----	-----	-----	-----
Imposto de renda e contribuição social a pagar sobre mais valia (34%)	65.227 =====	15.259 =====	2.903 =====	83.389 =====

(2) Impostos diferidos da controlada indireta SGUS:

A controlada indireta SGUS, com base em seu plano de negócios e projeções futuras, mantém ativos fiscais diferidos decorrentes, principalmente, de prejuízos fiscais acumulados. Com base na revisão das projeções futuras dos seus resultados operacionais, a controlada indireta SGUS possui saldo de impostos diferidos ativos, em 31 de dezembro de 2019, no valor de R\$66.501 (R\$145.183 em 31 de dezembro de 2018). A variação do saldo durante o exercício de 2019 refere-se à realização de prejuízos fiscais pela venda dos ativos da SGUS. A atualização das projeções considerou os impactos resultantes da transação celebrada entre a controlada indireta SGUS e a Keeco, conforme divulgado nas notas explicativas nº 30 e 31, compreendendo: (i) o resultado tributável na venda dos ativos e passivos da operação descontinuada; e (ii) as projeções de resultados das operações continuadas considerando as receitas e despesas da controlada indireta SGUS após a venda dos ativos e passivos para os próximos 10 anos.

Com base em premissas utilizadas na preparação do plano de negócios, a Administração da SGUS possui expectativa de geração de lucros tributáveis futuros que permitirão a realização dos ativos tributários diferidos.

A expectativa de realização dos impostos diferidos ativos, em 31 de dezembro de 2019, é como segue:

Ano	Controlada indireta SGUS
2020	594
2021	1.090
2022	3.284
2023	7.250
2024	9.799
2025 em diante	44.484
	-----
	66.501
	=====

As diferenças temporárias são dedutíveis integralmente do lucro tributável e não têm prazo para prescrição. Os prejuízos fiscais também são dedutíveis integralmente, mas possuem prazos de prescrição, tendo, os prejuízos fiscais federais, validade entre 2022 a 2034 e, os estaduais, validade entre 2019 a 2034.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2019, a controlada indireta SGUS possui saldo de R\$499.688 em prejuízos fiscais (R\$472.625 em 31 de dezembro de 2018), cujos ativos fiscais não estão reconhecidos nas demonstrações financeiras.

(3) Impostos diferidos da controlada indireta Santanense:

A Santanense, com base em plano de negócios e projeções futuras, manteve os ativos fiscais diferidos decorrentes de prejuízos fiscais acumulados. As projeções futuras consideram os resultados operacionais da controlada, para os próximos 10 anos trazidos a valor presente e uma redução das taxas de juros ao longo desse período e o consequente custo da dívida, dentre outras ações.

Com base nestas ações e nas premissas utilizadas na preparação do plano de negócios, a Administração possui expectativa de geração de lucros tributáveis futuros que permitirão a realização dos créditos tributários diferidos como segue:

Ano	Consolidado		
	Diferenças temporárias	Prejuízos fiscais	Total
2021	-	289	289
2022	-	600	600
2023	-	849	849
A partir de 2024	2.400	18.201	20.601
	-----	-----	-----
	2.400	19.939	22.339
	=====	=====	=====

As diferenças temporárias são dedutíveis integralmente do lucro tributável, enquanto que os prejuízos fiscais são limitados a 30% do lucro tributável. Ambos não têm prazo para prescrição.

#### c. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	-	-	24.449	21.722
Imposto de renda e contribuição social antecipados	1.724	3.605	15.536	23.130
PIS e COFINS a recuperar (*)	70.134	68.850	358.393	375.823
INSS a recuperar	-	-	17.858	-
IVA/ingressos brutos - Argentina	-	-	1.417	2.174
VAT - China e México	-	-	-	1.294
IPI a recuperar	-	-	83	487
Imposto sobre o lucro líquido - ILL	5.341	5.341	5.341	5.341
Outros impostos a recuperar	-	-	520	1.228
	-----	-----	-----	-----
	77.199	77.796	423.597	431.199
Ativo circulante	(1.724)	(3.605)	(86.727)	(26.388)
	-----	-----	-----	-----
Ativo não circulante	75.475	74.191	336.870	404.811
	=====	=====	=====	=====

(\*) Inclui créditos por compras e os montantes relacionados aos créditos de ICMS na base de PIS e COFINS. Vide nota explicativa nº 24 às demonstrações financeiras.

## 22. PROVISÕES DIVERSAS

A Companhia e suas controladas vêm discutindo judicialmente a legalidade de alguns tributos, reclamações cíveis e trabalhistas. A provisão foi constituída de acordo com a avaliação do risco efetuada pela Administração e pelos seus assessores jurídicos, para as perdas consideradas prováveis.

A Companhia e suas controladas possuem processos tributários, cíveis e trabalhistas, cuja perda foi estimada como possível, nos valores de R\$34.042, R\$139.512 e R\$4.402, respectivamente (R\$104.131, R\$176.023 e R\$4.165, respectivamente em 31 de dezembro 2018). Os principais processos tributários correspondem a autos de infrações referentes a: (i) importações de insumos sob o regime de Drawback (R\$7.559); (ii) apuração de crédito presumido FAIN (R\$5.871); e (iii) isenção de IPI por ex-tarifário (R\$3.160); e (iv) indeferimento parcial de compensações de créditos presumidos de IPI sobre desembarque aduaneiro de aeronave (R\$2.651). Em 2019, devido julgamento favorável para a controlada indireta CSA em uma das ações referentes a aproveitamento indevido de crédito de ICMS na aquisição de energia elétrica e matéria-prima importada no estado da Paraíba, do montante de R\$68.064, foram reduzidos R\$43.635 dos valores cuja perda era considerada possível, e o restante passou a representar risco remoto. Os principais processos cíveis referem-se a mandado de segurança impetrado contra a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE no valor correspondente a R\$38.701, que objetiva o afastamento de possíveis ônus financeiros decorrentes de decisões judiciais que determinam o rateio de prejuízos entre as geradoras de energia. Ações Anulatórias com pedido de Liminar visando cancelar algumas “Dações em pagamento” de diversos imóveis, em razão das dívidas geradas pela não entrega de algodão em valor correspondente a R\$91.668 e arresto de algodão em pluma correspondente a R\$5.768. Os principais processos trabalhistas correspondem a reclamações trabalhistas de ex-funcionários e terceiros.

Os processos judiciais cuja perda foi estimada como provável são assim resumidos:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Processos fiscais:				
Contribuição social	-	-	-	791
INSS	232	2.457	825	3.284
PIS e COFINS	-	938	-	1.640
IPI bandeira estrangeira	2.893	3.728	2.893	3.728
Outras	1.806	402	2.990	1.613
Trabalhistas	-	365	9.807	12.365
Cíveis e outras	8.178	6.055	11.682	7.591
	-----	-----	-----	-----
	13.109	13.945	28.197	31.012
	=====	=====	=====	=====
Depósitos judiciais	11.567	12.403	28.157	33.206
	=====	=====	=====	=====

INSS - Discussão administrativa referente a lançamento fiscal na Companhia e suas controladas indiretas CSA e CTS. As controladas indiretas CSA e CTS são polos ativos em ação contra a Fazenda Nacional questionando a incidência da contribuição sobre verbas consideradas indenizatórias e do FAP (Fator Acidentário de Prevenção).

IPI Bandeira Estrangeira - A Companhia é polo ativo em ação judicial que visa contestar a incidência do IPI sobre a aquisição de aeronave através de leasing.

Trabalhistas - A Companhia e suas controladas são polos passivos em ações movidas por ex-funcionários e terceiros.

Cíveis - A Companhia e sua controlada indireta CSA são polos ativos em ações judiciais contra a União questionando a legalidade da COFURH - Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos.

Pedido de restituição e compensação (PERDCOMP) - A Companhia é polo ativo em ação de repetição de indébito que está questionando a aplicação retroativa da IN323/2005, que determina prazos para a entrega da PERDCOMP.

As movimentações de provisões diversas consolidadas são apresentadas a seguir:

	Saldos em 2018	Adições	Baixas	Variação cambial	Saldos em 2019
<b>Processos fiscais:</b>					
Contribuição social	791	-	(791)	-	-
INSS	3.284	-	(2.459)	-	825
PIS e COFINS	1.640	-	(1.640)	-	-
IPI Bandeira Estrangeira	3.728	-	(835)	-	2.893
Outras	1.613	1.431	(54)	-	2.990
Trabalhistas	12.365	1.373	(3.706)	(225)	9.807
Cíveis e outras	7.591	4.663	(248)	(324)	11.682
	-----	-----	-----	-----	-----
	31.012	7.467	(9.733)	(549)	28.197
	=====	=====	=====	=====	=====

### 23. PLANOS DE APOSENTADORIA E BENEFÍCIOS

Substancialmente, todos os funcionários da controlada indireta SGUS são cobertos por planos de contribuição definida. Alguns executivos da controlada indireta SGUS são cobertos pelo plano de benefício definido. A controlada indireta SGUS pode efetuar contribuições arbitrárias para o plano de contribuição definida e essas contribuições são consideradas através de um percentual da remuneração elegível de cada participante. Adicionalmente, no caso de participantes elegíveis contribuírem com um percentual de suas remunerações para alguns planos de contribuição definida, a controlada indireta SGUS pode, arbitrariamente, efetuar uma contribuição na proporção dos valores contribuídos pelos participantes.

A controlada indireta SGUS patrocina um plano de pensão de benefício definido para alguns de seus funcionários, cujos custos esperados de pensão são provisionados em regime de competência com base em estudos atuariais e as contribuições dos funcionários aposentados e da controlada indireta SGUS são ajustadas periodicamente. As contribuições da controlada indireta SGUS aos planos de benefício definido são efetuadas de acordo com a lei de aposentadoria dos EUA ("Employee Retirement Income Security Act") e os benefícios são geralmente baseados nos anos de serviço e níveis salariais (remuneração).

Os ativos do plano de benefício definido são investidos em fundos de renda variável e fundos de renda fixa (incluindo dívidas do governo americano). A controlada indireta SGUS também fornece benefícios de aposentadoria a executivos elegíveis de acordo com planos executivos suplementares não qualificados de aposentadoria.

A tabela abaixo contém informações resumidas dos planos de pensão de benefício definido em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

	2019	2018
Mudança no benefício provisionado:		
Benefício provisionado no início do ano	155.727	145.481
Custo do serviço	1.049	1.229
Custo dos juros	6.779	6.453
(Ganho) perda atuarial	9.995	(7.554)
Pagamento de benefícios	(14.898)	(14.067)
Variação cambial	6.331	24.185
	-----	-----
Benefício provisionado no final do ano	164.983	155.727
Mudança nos ativos do plano:		
Valor de mercado dos ativos no início do ano	46.578	46.118
Retorno sobre os ativos	8.796	(2.388)
Contribuições do empregador	9.533	9.390
Pagamento de benefícios	(14.898)	(14.067)
Variação cambial	1.951	7.525
	-----	-----
Valor de mercado dos ativos no final do ano	51.960	46.578
	-----	-----
Valor presente das obrigações a descoberto	113.023	109.149
	=====	=====
Premissas utilizadas para determinar as obrigações de benefícios no final do ano		
Taxa de desconto (a.a.)	3,05% a 3,25%	4,15% a 4,30%
Aumento futuro de salários (a.a.)	-	-
Premissas atuariais para determinar a despesa líquida para os exercícios findos nessas datas		
Taxa de desconto e taxa de rendimento esperada sobre ativos (a.a.)	4,15% a 4,30%	3,45% a 3,60%
Aumento futuro de salários (a.a.)	-	-
Componentes do custo líquido do benefício:		
Custo do serviço	1.049	1.229
Custo dos juros, líquido	4.196	3.528
	-----	-----
Custo líquido do benefício	5.245	4.757
	=====	=====

A estratégia de investimento da controlada indireta SGUS é de aplicar numa carteira diversificada com o objetivo de maximizar os retornos considerando um nível aceitável de risco. Os ativos do plano de pensão são investidos em um fundo balanceado que tem uma alocação estática de 36% em investimentos de renda variável e 64% em instrumentos financeiros de renda fixa. A expectativa de retorno sobre os ativos do plano foi desenvolvida em conjunto com os consultores externos e foram levadas em consideração as expectativas de longo prazo para retornos futuros, baseados na estratégia de investimentos atuais da controlada indireta SGUS.

	2019	2018
Investimentos dos ativos dos planos:		
Renda variável	17.938	15.358
Renda fixa	33.254	30.640
Caixa e equivalentes de caixa	768	580
	-----	-----
Valor de mercado dos ativos no final do ano	51.960	46.578
	=====	=====

A controlada indireta SGUS espera contribuir R\$13.004 para os planos de benefício definido em 2020. Pagamentos de benefícios futuros para os próximos 10 anos são:

	Plano de pensão de benefício definido
2020	13.624
2021	13.188
2022	12.765
2023	12.288
2024	11.814
2025 – 2029	52.261

Os saldos dos benefícios provisionados e remuneração diferida estão demonstrados abaixo:

	2019	2018
Provisão para plano de pensão	113.023	109.149
Outras provisões de benefícios a funcionários	2.761	4.734
<hr/>	<hr/>	<hr/>
Total do plano de aposentadoria e benefícios	115.784	113.883
<hr/>	<hr/>	<hr/>
Circulante (a)	(9.617)	(9.915)
<hr/>	<hr/>	<hr/>
Não circulante	106.167	103.968
<hr/>	<hr/>	<hr/>

(a) Incluída na rubrica “Obrigações sociais e trabalhistas”.

## 24. RECUPERAÇÃO DE IMPOSTOS

A Companhia e suas controladas instauraram procedimento judicial em 2006 requerendo o direito de excluir o ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins. O processo ao longo dos anos tiveram vários movimentos tanto pela Companhia como pela União e, em 2014, ficou sobrestado em 2<sup>a</sup> instância (Tribunal Regional Federal da 1<sup>a</sup> região - TRF1) aguardando julgamento pelo Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

Em março de 2017, o Supremo Tribunal Federal decidiu no *leading case* RE nº 574.706/PR, (acórdão publicado em outubro de 2017) pela constitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS, em sede de repercussão geral.

Em maio de 2018, no julgamento da ação da Companhia e de suas controladas, foi proferido acórdão pelo TRF da 1<sup>a</sup> Região favorável à Companhia que, em juízo de retratação, deu provimento à apelação interposta pela Companhia e suas controladas, para determinar a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. O referido acórdão confere à Companhia e às suas controladas o direito de restituir/compensar os tributos pagos indevidamente desde 5 anos anteriores a propositura da ação. Posteriormente, a Vice-Presidência do Tribunal Regional Federal da 1<sup>a</sup> Região negou seguimento ao recurso extraordinário interposto pela União e, transcorrido o prazo legal, a ação transitou em julgado em 2019, sem nenhuma alteração.

A Companhia e suas controladas, em face ao andamento processual avançado da ação, iniciaram estudos no sentido de avaliar a necessidade de reconhecimento dos valores desses tributos pagos a maior desde 2001. Para tanto, obteve o posicionamento dos seus advogados sobre o momento processual de sua ação e possíveis desdobramentos e adicionalmente contratou consultores independentes e especializados que emitiram pareceres contábil e legal sobre o caso.

Todas as conclusões foram no sentido de que os créditos tributários em questão passaram a representar um ativo efetivo e praticamente certo nos termos do Pronunciamento Conceitual Básico (R1) para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro e do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, deixando de ser um ativo contingente já em 2018. Com base nessas conclusões, a administração da Companhia decidiu efetuar o reconhecimento contábil dos valores referentes aos créditos em questão, calculados conforme estabelecido no acórdão proferido pelo TRF1, naquele período.

Os créditos das controladas indiretas CSA e AMMO Varejo foram habilitados no 3º trimestre e 4º trimestre, respectivamente, e estão sendo compensados. A Companhia e a controlada indireta CTS estão em processo de execução da sentença judicial.

## 25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

**a) Considerações gerais**--A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros, derivativos e não derivativos, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e controles de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e descritas no quadro abaixo.

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
<b>ATIVOS FINANCEIROS</b>				
Custo amortizado:				
Caixa e equivalentes de caixa	1.630	167	165.453	145.067
Títulos e valores mobiliários (c)	-	-	41.126	36.438
Duplicatas a receber	-	-	604.592	617.203
Valores retidos	-	-	25.393	-
Valores a receber - venda de investimento (c)	19.340	-	19.340	32.907
Outros créditos a receber	895	943	31.067	31.455
Títulos e valores mobiliários (nc)	1.529	1.452	72.539	77.181
Valores a receber - clientes	-	-	23.968	28.783
Valores a receber - venda de investimento (nc)	68.291	51.502	68.291	130.221
Partes relacionadas	175.410	107.015	80.016	49.211
Depósitos judiciais	11.567	12.403	28.157	33.206
Outros créditos e valores a receber	20.254	365	65.583	27.527
Valor justo por meio do resultado:				
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	4.798
Títulos e valores mobiliários (c)	-	-	18.365	14.921
<b>PASSIVOS FINANCEIROS</b>				
Custo amortizado:				
Empréstimos e financiamentos (c)	170.743	122.424	825.161	837.423
Debêntures (c)	-	-	87.008	74.653
Fornecedores	813	268	197.968	130.244
Concessões governamentais (c)	-	-	22.212	21.361
Compra de imóvel para investimento (c)	-	4.780	-	4.780
Outras contas a pagar	6.571	9.653	63.023	64.796
Empréstimos e financiamentos (nc)	86.713	31.978	607.594	562.622
Debêntures (nc)	-	-	12.389	73.669
Concessões governamentais (nc)	-	-	43.771	44.087
Partes relacionadas	176.724	76.048	1.194	58
Outras obrigações	11.049	25.670	37.663	26.065

(c) circulante

(nc) não circulante

Os principais fatores de risco que a Companhia e suas controladas estão expostas refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como, comportamento de demanda, concorrência, inovação tecnológica, mudanças relevantes na estrutura da indústria, entre outros) são inerentes a sua atividade e são endereçados pela administração da Companhia. Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, a inadimplência de clientes, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros que a Companhia e suas controladas utilizam e as suas contrapartes. Esses riscos são administrados por meio de políticas de controle, estratégias específicas e determinação de limites.

**b) Valor justo**--Os valores justos dos empréstimos e financiamentos e das debêntures aproximam-se aos valores do custo amortizado registrados nas demonstrações financeiras em função de serem indexados por taxas flutuantes de juros (CDI e LIBOR), as quais acompanham as taxas de mercado. Considerando os vencimentos dos demais instrumentos financeiros de curto prazo, a Companhia estima que seus valores justos aproximam-se aos valores contábeis.

**c) Classificação dos instrumentos financeiros**--Com exceção dos instrumentos financeiros derivativos e determinados títulos e valores mobiliários, que são classificados como mensurados ao “valor justo por meio de resultado”, todos os ativos e passivos financeiros listados acima são classificados como mensurados ao “Custo Amortizado”. Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados como “Mensurados ao valor justo por meio do resultado” e a parcela referente ao hedge de fluxo de caixa, cuja efetividade possa ser mensurada, tem seus ganhos e perdas reconhecidos diretamente no patrimônio líquido como ajuste de avaliação patrimonial e apresentados na demonstração do resultado abrangente.

**d) Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros derivativos e não derivativos:**

**d.1 - Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos**--A Companhia acredita que o gerenciamento de riscos é importante na condução de sua estratégia de crescimento com rentabilidade. A Companhia está exposta a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito a variações nas taxas de câmbio, preços de commodities (algodão) e volatilidade das taxas de juros. O objetivo de gerenciamento desses riscos é eliminar possíveis variações não esperadas nos resultados das empresas do grupo, advindas dessas variações.

O objetivo das operações de derivativos está sempre relacionado à eliminação dos riscos de mercado, identificados nas políticas e diretrizes da Companhia e, também, com o gerenciamento da volatilidade dos fluxos financeiros. A medição da eficiência e avaliação dos resultados ocorre ao longo dos contratos. O monitoramento do impacto destas transações é analisado trimestralmente pelo Comitê de Gerenciamento de Caixa e Dívida onde a marcação a mercado destas transações é discutida e validada. Todos os instrumentos financeiros derivativos estão reconhecidos pelo seu valor justo nas demonstrações financeiras da Companhia. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, exceto pelo descrito em d.3.3 e d.4 abaixo, não havia outras operações com instrumentos financeiros derivativos em aberto.

**d.2 - Política de uso de derivativos**--Conforme política interna, o resultado financeiro da Companhia deve ser oriundo da geração de caixa do seu negócio e não de ganhos no mercado financeiro. Portanto, considera que a utilização de derivativos deve ser apenas para proteger eventuais exposições que ela possa ter decorrentes dos riscos nos quais ela está exposta, sem fins especulativos. A contratação de um derivativo tem como objetivo a redução da exposição aos riscos de mercado da Companhia.

**d.3 - Risco de taxa de câmbio**--Esse risco decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado.

d.3.1 - Riscos de taxa de câmbio nos investimentos no exterior:

A Companhia e suas controladas diretas e indiretas possuem investimentos no exterior que aumentam sua exposição cambial, a saber:

	2019				Variação cambial sobre investimentos no exterior R\$
	R\$	\$ARG	\$PYG	US\$	
Coteminas Argentina	21.636	321.478	-	-	(1.770)
LAT Capital	9.219	-	-	2.287	366
Textil Guarani	3.008	-	4.824.379	-	85
SGUS	422.901	-	-	104.920	18.069
Santanense Argentina S.A.	(61)	(906)	-	-	25
Coteminas International Ltd.	5.798	-	-	1.438	263
Coteminas (Sucursal Argentina)	(32)	(475)	-	-	16
	-----	-----	-----	-----	-----
Total dos investimentos no exterior	462.469	320.097	4.824.379	108.645	17.054
	=====	=====	=====	=====	=====
	2018				Variação cambial sobre investimentos no exterior R\$
	R\$	\$ARG	US\$		
Coteminas Argentina (*)	38.426	373.794	-		(10.616)
LAT Capital	2.805	-	724		431
SGUS	183.333	-	47.314		22.656
Santanense Argentina S.A.	(81)	(788)	-		50
Coteminas International Ltd.	9.188	-	2.371		2.008
Coteminas (Sucursal Argentina)	(42)	(409)	-		25
	-----	-----	-----		-----
Total dos investimentos no exterior	233.629	372.597	50.409		14.554
	=====	=====	=====		=====

(\*) Os investimentos na Coteminas Argentina são corrigidos monetariamente. Vide nota explicativa nº 2.4 às demonstrações financeiras.

d.3.2 - Riscos de taxa de câmbio nos instrumentos financeiros na Companhia e em suas controladas diretas e indiretas sediadas no Brasil:

Os valores referentes aos instrumentos financeiros sujeitos à exposição cambial da Companhia e de suas controladas brasileiras são como segue:

Instrumentos financeiros	2019	2018
Caixa e equivalentes de caixa	6.473	2.441
Instrumentos financeiros derivativos	-	4.798
Duplicatas a receber	76.998	73.510
Títulos e valores mobiliários	71.010	75.729
Valores a receber - venda investimento	87.631	163.128
Fornecedores	(10.621)	(1.877)
Empréstimos e financiamentos	(351.217)	(238.894)
Partes relacionadas	(217.996)	(42.348)
-----	-----	-----
Total da exposição em Reais	(337.722)	36.487
=====	=====	=====
Total da exposição em milhares de Dólares equivalentes	(83.787)	9.416
=====	=====	=====

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, considerando os fluxos de recebimentos e pagamentos em Dólares norte-americanos já contratados em 31 de dezembro de 2019 é como segue:

Vencimento	Risco	Valor da exposição US\$ mil	Cenários		
			Provável	II	III
2020	Alta do Dólar	(77.820)	(1.184)	(79.897)	(158.611)
2021	Alta do Dólar	(5.967)	(631)	(6.802)	(12.972)
		-----	-----	-----	-----
		(83.787)	(1.815)	(86.699)	(171.583)
		=====	=====	=====	=====

Os valores entre parênteses (negativos) demonstrados nos cenários acima, referem-se à variação cambial passiva, portanto despesa. Os valores positivos referem-se à receita.

O cenário “Provável” representa o resultado da variação cambial provável considerando-se o fluxo de caixa dos ativos e passivos acima detalhados, aplicando-lhes as taxas futuras de dólares e comparando com a taxa do dólar no final do exercício atual. Para os cenários II e III, foi considerada uma deterioração das taxas futuras de dólares em 25% e 50% respectivamente.

As taxas futuras de dólares foram obtidas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

d.3.3 - Riscos de taxa de câmbio nos instrumentos financeiros derivativos na Companhia e em suas controladas:

As principais informações consolidadas sobre os instrumentos derivativos com risco de taxas de câmbio estão assim demonstradas:

Descrição	Valor de referência (Nocional) US\$mil		Valor justo – Ativo (Passivo)	
	2019	2018	2019	2018
Contratos de Opções -- Posição: Venda Moeda: US\$ Dólar de liquidação: R\$3,8700 Contraparte: Itaú BBA Outras informações: 2 contratos de US\$35.000 mil (cada) Vencimentos em fevereiro/19	-	70.000	-	5.359
Contratos de Opções -- Posição: Compra Moeda: US\$ Dólar de liquidação: R\$4,2700 Contraparte: Itaú BBA Outras informações: 1 contrato de US\$35.000 mil Vencimento em fevereiro/19	-	35.000	-	(260)
Contratos de Opções -- Posição: Compra Moeda: US\$ Dólar de liquidação: R\$4,2050 Contraparte: Itaú BBA Outras informações: 1 contrato de US\$35.000 mil Vencimento em fevereiro/19	-	35.000	-	(301)
Total			-	4.798
	=====	=====	=====	=====

Contratos de opções--São registrados pelo seu valor justo através do resultado. O valor justo dos contratos é obtido diretamente com a instituição financeira contraparte, que avalia esses instrumentos financeiros a partir dos dados obtidos na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, como a taxa do Dólar futuro, volatilidade, taxas de juros e algoritmos próprios. Os instrumentos financeiros acima foram liquidados com recebimento no valor de R\$9.450 em fevereiro de 2019.

d.4 - Risco de preços de commodities (algodão)--Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações no preço do algodão, sua principal matéria-prima. Em 2019, a controlada indireta CSA registrou um ganho de R\$3.080 (em 2018, um ganho de R\$10.859). Em 31 de dezembro de 2019 não havia contratos em aberto.

d.5 - Risco de taxa de juros--O caixa e os equivalentes de caixa e os títulos e valores mobiliários rendem aproximadamente o equivalente às taxas dos Certificados de Depósitos Interbancários - CDI. Os passivos sobre os quais incidem juros equivalentes à LIBOR e a juros fixos estão demonstrados nas notas explicativas nº 14 e 20. Considerando-se os fluxos de caixa desses passivos (exceto os demonstrados em d.5.1 e d.5.2) e as taxas contratadas, a Administração da Companhia considera não relevante o efeito da exposição às variações de mercado nas taxas de juros contratadas. Portanto, não está apresentando a análise de sensibilidade para estes instrumentos financeiros.

d.5.1 - Riscos de taxa de juros variáveis nos instrumentos financeiros derivativos:

Contratos de swap de taxa de juros--São classificados e registrados pelo seu valor justo e se baseiam no fluxo de caixa dos financiamentos denominados em moeda estrangeira. Tem seus ganhos e perdas realizados registrados no resultado, na rubrica “Despesas financeiras - juros sobre empréstimos”. Não houve aplicação em derivativos envolvendo taxas de juros nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

d.5.2 - Riscos de taxa de juros variáveis nos instrumentos financeiros não derivativos:

Os valores referentes aos instrumentos financeiros não derivativos sujeitos à exposição de juros variáveis pelos Certificados de Depósitos Bancários - CDI da Companhia e suas controladas, são como segue:

Descrição	Valor do principal R\$ mil	2019			2018	
		Juros provisionados	Encargos antecipados	Saldo contábil a pagar	Saldo contábil a pagar	
Contrato de empréstimo -- Juros: 130,0% do CDI Contraparte: Banco Brasil S.A. – NCE Vencimento: novembro/2023	165.000	727	(3.263)	162.464	165.962	
Contrato de empréstimo -- Juros: 130,0% do CDI Contraparte: Banco Brasil S.A. – NCE Vencimento: novembro/2023	165.000	727	(3.263)	162.464	166.046	
Contrato de empréstimo -- Juros: 127,5% do CDI Contraparte: Banco Brasil S.A. – CCB Vencimento: junho/2021	67.500	147	(1.639)	66.008	110.025	
Contrato de empréstimo -- Juros: 127,5% do CDI Contraparte: Banco do Brasil S.A. Vencimento: junho/2021	45.000	98	(1.093)	44.005	73.349	
				434.941	515.382	
Contrato de empréstimo -- Juros: 120,0% do CDI Contraparte: Banco Votorantim S.A. Vencimento: março/2020	40.000	813	-	40.813	40.932	
Contrato de empréstimo -- Juros: 120,0% do CDI Contraparte: Banco Votorantim S.A. Vencimento: março/2020	20.000	351	-	20.351	20.424	
Contrato de empréstimo -- Juros: 120,0% do CDI Contraparte: Banco Votorantim S.A. Vencimento: março/2020	20.000	273	-	20.273	20.333	
				81.437	81.689	
Contrato de empréstimo -- Juros: 149,0% do CDI Contraparte: Banco BBM S.A. – CCB Vencimento: junho/2021	22.980	12	-	22.992	39.345	
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,0% Contraparte: Banco BBM S.A. – CCB Vencimento: julho/2021	5.014	4	-	5.018	8.589	

Descrição	2019			2018	
	Valor do principal R\$ mil	Juros provisionados	Encargos antecipados	Saldo contábil a pagar	Saldo contábil a pagar
Contrato de empréstimo -- Juros: 150,5% do CDI Contraparte: Banco BBM S.A. – CCB Vencimento: julho/2021	8.802	5	-	8.807	14.404
Contrato de empréstimo -- Juros: 149,0% do CDI Contraparte: Banco BBM S.A. – CCB Vencimento: novembro/2021	8.000	4	-	8.004	8.006
(referência à nota explicativa nº 14)				44.821	70.344
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,3% Contraparte: BDMG S.A. Vencimento: novembro/2019	-	-	-	-	9.032
(referência à nota explicativa nº 14)				-	9.032
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,3% Contraparte: Banco ABC do Brasil S.A. – CCB Vencimento: abril/2022	17.522	30	-	17.552	18.188
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,3% Contraparte: Banco ABC do Brasil S.A. Vencimento: abril/2022	15.843	28	-	15.871	16.449
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,3% Contraparte: Banco ABC do Brasil S.A. Vencimento: abril/2022	18.106	32	-	18.138	18.799
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,3% Contraparte: Banco ABC do Brasil S.A. Vencimento: abril/2022	20.369	36	-	20.405	21.148
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,3% Contraparte: Banco ABC do Brasil S.A. Vencimento: abril/2022	18.106	33	(411)	17.728	18.050
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,3% Contraparte: Banco ABC do Brasil S.A. Vencimento: abril/2022	9.677	19	-	9.696	10.014
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,3% Contraparte: Banco ABC do Brasil S.A. – CCE Vencimento: abril/2022	9.677	18	-	9.695	10.047
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,3% Contraparte: Banco ABC do Brasil S.A. – CCE Vencimento: abril/2022	9.677	18	-	9.695	10.047
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,3% Contraparte: Banco ABC do Brasil S.A. – CCE Vencimento: abril/2022	9.677	18	-	9.695	10.015
(referência à nota explicativa nº 14)				128.475	132.757

Descrição	2019			2018	
	Valor do principal R\$ mil	Juros provisionados	Encargos antecipados	Saldo contábil a pagar	Saldo contábil a pagar
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,5% Contraparte: Banco Fibra S.A. Vencimento: julho/2020	3.333	17	-	3.350	9.098
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,5% Contraparte: Banco Fibra S.A. Vencimento: abril/2019	-	-	-	-	4.403
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,3% Contraparte: Banco Fibra S.A. Vencimento: maio/2019	-	-	-	-	5.404
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,4% Contraparte: Banco Fibra S.A. Vencimento: novembro/2019	-	-	-	-	3.231
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,5% Contraparte: Banco Fibra S.A. Vencimento: junho/2020	4.333	16	-	4.349	13.061
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 5,4% Contraparte: Banco Fibra S.A. Vencimento: março/2020	15.000	14	-	15.014	-
(referência à nota explicativa nº 14)				22.713	35.197
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 5,3% Contraparte: Banco Safra S.A. Vencimento: fevereiro/2020	833	5	-	838	5.071
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,7% Contraparte: Banco Safra S.A. Vencimento: setembro/2019	-	-	-	-	7.510
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 5,3% Contraparte: Banco Safra S.A. – CCB Vencimento: dezembro/2019	-	-	-	-	5.089
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 5,3% Contraparte: Banco Safra S.A. – CCB Vencimento: fevereiro/2020	833	5	-	838	5.071
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 5,3% Contraparte: Banco Safra S.A. – CCB Vencimento: maio/2020	20.000	7	-	20.007	20.179
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 5,3% Contraparte: Banco Safra S.A. – CCB Vencimento: junho/2020	20.000	129	-	20.129	20.137
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,6% Contraparte: Banco Safra S.A. - CCB Vencimento: maio/2019	-	-	-	-	2.085

Descrição	2019			2018	
	Valor do principal R\$ mil	Juros provisionados	Encargos antecipados	Saldo contábil a pagar	Saldo contábil a pagar
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,4% Contraparte: Banco Safra S.A. - CCB Vencimento: agosto/2019	-	-	-	-	3.345
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 5,3% Contraparte: Banco Safra S.A. – CCB Vencimento: março/2020	4.000	1	-	4.001	-
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 5,3% Contraparte: Banco Safra S.A. – CCB Vencimento: março/2020	2.000	1	-	2.001	-
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 5,3% Contraparte: Banco Safra S.A. Vencimento: maio/2020	2.115	5	-	2.120	-
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 5,3% Contraparte: Banco Safra S.A. Vencimento: novembro/2020	5.000	26	-	5.026	-
(referência à nota explicativa nº 14)				54.960	68.487
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 2,8% Contraparte: Banco Itaú Unibanco S.A. - CCB Vencimento: abril/2019	-	-	-	-	25.260
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 3,0% Contraparte: Banco Itaú Unibanco S.A. - CCB Vencimento: abril/2019	-	-	-	-	20.810
(referência à nota explicativa nº 14)				-	46.070
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4% Contraparte: Caixa Econômica Federal Vencimento: setembro/2022	16.844	57	(366)	16.535	22.567
Contrato de empréstimo -- Juros: 149,6% do CDI Contraparte: Caixa Econômica Federal – CCB Vencimento: dezembro/2021	16.250	33	(339)	15.944	-
Contrato de empréstimo -- Juros: 166,3% do CDI Contraparte: Caixa Econômica Federal Vencimento: julho/2022	22.222	132	(511)	21.843	-
(referência à nota explicativa nº 14)				54.322	22.567
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,5% Contraparte: Banco Daycoval S.A. Vencimento: setembro/2020	10.000	72	-	10.072	20.165
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,5% Contraparte: Banco Daycoval S.A. Vencimento: outubro/2020	5.662	9	-	5.671	10.210
(referência à nota explicativa nº 14)				15.743	30.375

Descrição	2019			2018
	Valor do principal R\$ mil	Juros provisionados	Encargos antecipados	Saldo contábil a pagar
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,3% Contraparte: Banco Pine S.A. Vencimento: dezembro/2019	-	-	-	15.063
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,0% Contraparte: Banco Pine S.A. Vencimento: fevereiro/2020	2.667	10	-	2.677
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,3% Contraparte: Banco Pine S.A. Vencimento: junho/2020	2.500	47	-	2.547
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,3% Contraparte: Banco Pine S.A. Vencimento: agosto/2020	4.667	10	-	4.677
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,8% Contraparte: Banco Pine S.A. Vencimento: novembro/2020	1.833	2	-	1.835
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,8% Contraparte: Banco Pine S.A. Vencimento: novembro/2020	2.000	15	-	2.015
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,8% Contraparte: Banco Pine S.A. Vencimento: dezembro/2020	2.000	1	-	2.001
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,8% Contraparte: Banco Pine S.A. Vencimento: dezembro/2022	8.000	30	-	8.030
(referência à nota explicativa nº 14)				23.782
				15.063
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,8% Contraparte: Banco Sofisa S.A. Vencimento: fevereiro/2020	10.000	93	-	10.093
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,8% Contraparte: Banco Sofisa S.A. Vencimento: abril/2020	10.000	67	-	10.067
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,8% Contraparte: Banco Sofisa S.A. Vencimento: janeiro/2020	10.000	91	-	10.091
(referência à nota explicativa nº 14)				30.251
				-
Contrato de empréstimo (*) -- Juros: 89,0% do CDI Contraparte: Banco Santander S.A. - PPE Vencimento: maio/2019	-	-	-	44.335
Contrato de empréstimo (*) -- Juros: 103,0% do CDI Contraparte: Banco Santander S.A. - PPE Vencimento: fevereiro/2020	-	-	-	37.896

Descrição	2019			2018	
	Valor do principal R\$ mil	Juros provisionados	Encargos antecipados	Saldo contábil a pagar	Saldo contábil a pagar
Contrato de empréstimo (*) -- Juros: 118,8% do CDI Contraparte: Banco Santander S.A. - PPE Vencimento: novembro/2020	-	-	-	-	42.773
(referência à nota explicativa nº 14)				-	125.004
Debêntures 3ª série -- Juros: 110,0% do CDI Contraparte: Gaia Agro Sec. S.A. Vencimento: junho/2020	12.500	19	(282)	12.237	36.734
Debêntures 4ª série -- Juros: CDI + 2,75 a.a. Contraparte: Diversos debenturistas Vencimento: fevereiro/2021	87.500	763	(1.103)	87.160	111.588
(referência à nota explicativa nº 15)				99.397	148.322
	998.042	5.070	(12.270)	990.842	1.300.289
	=====	=====	=====	=====	=====

(\*) Contratos renegociados em 2019 para variação cambial + 8,1% a.a., com vencimento prorrogado para 2021.

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros não derivativos acima, considerando os fluxos de pagamentos do principal e juros em 31 de dezembro de 2019, é como segue:

Vencimento	Risco	Saldo médio	Cenários		
			Provável	II	III
2020	Alta do CDI	909.169	45.275	56.128	65.576
2021	Alta do CDI	426.334	24.190	38.589	45.689
2022	Alta do CDI	214.169	10.710	20.189	24.167
2023	Alta do CDI	80.000	3.613	7.481	8.986
			=====	=====	=====

Os valores demonstrados nos cenários acima, referem-se à projeção da despesa de juros em seus respectivos anos e cenários, considerando-se os saldos médios dos empréstimos em cada ano. O cenário “Provável” representa o resultado da evolução da taxa de juros dos Certificados de Depósitos Bancários provável, considerando-se os vencimentos do principal e do juros. Para os cenários II e III, foi considerada uma majoração das taxas futuras do CDI em 25% e 50% respectivamente. As taxas de juros futuras do CDI foram obtidas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

d.6 - Risco de crédito--A Companhia está sujeita a risco de crédito com respeito ao caixa e equivalentes de caixa e aos títulos e valores mobiliários. Esse risco é mitigado pela política de aplicar os recursos disponíveis somente em instituições financeiras de grande porte. O risco de crédito em duplicatas a receber é reduzido devido à seletividade dos clientes e a política de concessão de créditos. A Companhia possui um sistema de gestão de crédito baseado na combinação das informações oriundas de diversos departamentos da empresa, principalmente as áreas comercial, financeira, contábil, jurídica e fontes externas que abastecem o departamento de crédito e cobrança visando à estipulação de limites de crédito para os seus clientes que são aprovados por órgão colegiado.

d.7 - Gestão de liquidez--Os passivos financeiros da Companhia, de acordo com os vencimentos dos seus fluxos de caixa, com base na data mais próxima de liquidação dos mesmos, e utilizando as taxas de juros nominais contratadas, podem ser resumidos como segue:

Obrigações contratuais	Total	Prazo de liquidação previsto		
		Menos de 1 ano	De 2 a 3 anos	De 4 a 5 anos
Empréstimos e financiamentos	1.554.384	891.173	526.360	136.851
Debêntures	102.818	90.316	12.502	-
Fornecedores	197.968	197.968	-	-
Partes relacionadas	1.194	-	1.194	-
Arrendamentos a pagar, líquidos	270.171	40.186	61.351	168.634
	-----	-----	-----	-----
	2.126.535	1.219.643	601.407	305.485
	=====	=====	=====	=====

d.8 - Gestão de capital--A Companhia administra sua estrutura de capital para assegurar a continuidade de suas atividades operacionais e ao mesmo tempo maximizar o retorno aos seus acionistas. A estratégia da Companhia permaneceu inalterada no período coberto por estas demonstrações financeiras.

A dívida líquida da Companhia pode ser assim composta:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Empréstimos e financiamentos	257.456	154.402	1.432.755	1.400.045
Debêntures	-	-	99.397	148.322
Caixa e equivalentes de caixa	(1.630)	(167)	(165.453)	(145.067)
Títulos e valores mobiliários	(1.529)	(1.452)	(132.030)	(128.540)
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	(4.798)
	-----	-----	-----	-----
Total da dívida líquida	254.297	152.783	1.234.669	1.269.962
Total do patrimônio líquido	999.012	1.028.122	1.789.280	1.801.179
	-----	-----	-----	-----
Total da dívida líquida e patrimônio líquido	1.253.309	1.180.905	3.023.949	3.071.141
	=====	=====	=====	=====
Total da dívida líquida	254.297	152.783	1.234.669	1.269.962
Valores retidos	-	-	(25.393)	-
Valores vinculados a empréstimos (*)	-	-	(87.631)	-
	-----	-----	-----	-----
Total da dívida líquida após valores retidos	254.297	152.783	1.121.645	1.269.962
	=====	=====	=====	=====

(\*) Refere-se aos valores a receber sobre a venda de investimento, vinculados ao empréstimo com a SP Investidor IV, LLC. Vide notas explicativas nº 8 e nº 14 às demonstrações financeiras.

## 26. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais, com o objetivo de alocar recursos para um segmento individual e avaliar seu desempenho. As decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos, bem como a avaliação de desempenho dos investimentos e dos principais executivos da Companhia são feitas em base consolidada. A Companhia e suas controladas possuem dois segmentos operacionais distintos: “Atacado” e “Varejo”.

A Companhia possui diversas fábricas que se suprem entre si de forma que, em seu conjunto, formam uma indústria integrada de fiação, tecelagem, acabamento e confecção de produtos têxteis para o lar. Não há na Companhia a segmentação operacional entre as categorias de vendas, sendo os relatórios suportes à tomada de decisões estratégicas e operacionais sempre consolidados. Não há unidades operacionais específicas para cada categoria de produtos vendidos e portanto essas operações estão sob a denominação de segmento de “Atacado”, pois seus produtos são vendidos para clientes que não são os consumidores finais.

As controladas indiretas AMMO e C7S possuem um conjunto de informações isoladas e decisões de investimentos, preços, expansão de lojas, venda multicanal, entre outros, que são tomadas à parte e se constituem no segmento “Varejo”, pois suas vendas são realizadas aos consumidores finais dos produtos.

A controlada indireta CTS possui três fábricas que se suprem entre si de forma que, em seu conjunto, formam uma indústria integrada de fiação, tecelagem e acabamento de tecidos planos (“Brins”) utilizados principalmente para o vestuário. Não há na Companhia a segmentação operacional entre as categorias de vendas, sendo os relatórios suportes à tomada de decisões estratégicas e operacionais sempre consolidados. Não há unidades operacionais específicas para cada categoria de produtos vendidos.

Abaixo a Companhia apresenta as informações por segmento (expressas em milhões de Reais):

	2019 (operações continuadas)					
	Brasil			Argentina	(*) Outros não alocáveis	Total
	Atacado	Varejo	Brins			
Receita operacional líquida	1.118,9	268,0	461,5	151,0	(133,6)	1.865,8
Custo dos produtos vendidos	(847,9)	(128,7)	(364,9)	(110,9)	133,1	(1.319,3)
Lucro bruto	271,0	139,3	96,6	40,1	(0,5)	546,5
Despesas de vendas, gerais e administrativas	(202,6)	(144,2)	(62,5)	(22,3)	(24,4)	(456,0)
Equivalência patrimonial	-	-	-	-	(12,5)	(12,5)
Variação do valor justo de propriedades para investimento	3,8	-	-	-	31,5	35,3
Resultado na alienação de investimento	-	-	-	-	(91,9)	(91,9)
Outros	0,9	12,5	0,6	(3,6)	-	10,4
-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Resultado operacional	73,1	7,6	34,7	14,2	(97,8)	31,8
Resultado financeiro	-	-	-	-	(270,5)	(270,5)
-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Resultado antes dos impostos	73,1	7,6	34,7	14,2	(368,3)	(238,7)
Depreciação e amortização	58,9	23,3	12,3	6,0	1,6	102,1
=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====

	2018 (operações continuadas)				
	Brasil		Argentina	(*) Outros não alocáveis	Total
	Atacado	Varejo	Brins	Atacado	
Receita operacional líquida	1.104,1	262,7	437,4	136,3	(161,6)
Custo dos produtos vendidos	(832,5)	(125,7)	(336,0)	(109,4)	151,3
-----	-----	-----	-----	-----	-----
Lucro bruto	271,6	137,0	101,4	26,9	(10,3)
Despesas de vendas, gerais e administrativas	(198,2)	(143,6)	(60,6)	(25,3)	(27,1)
Equivalência patrimonial	-	-	-	-	14,8
Variação do valor justo de propriedades para investimento	18,3	-	-	-	(2,4)
Recuperação de impostos	194,3	14,6	82,2	-	59,0
Resultado na alienação de investimento	-	-	-	-	47,0
Outros	(3,8)	1,2	(2,8)	(2,7)	(29,4)
-----	-----	-----	-----	-----	-----
Resultado operacional	282,2	9,2	120,2	(1,1)	51,6
Resultado financeiro	-	-	-	-	(230,5)
-----	-----	-----	-----	-----	-----
Resultado antes dos impostos	282,2	9,2	120,2	(1,1)	(178,9)
Depreciação e amortização	66,8	3,7	11,3	5,4	1,6
=====	=====	=====	=====	=====	=====
					88,8

(\*) Referem-se a despesas da Companhia (controladora) e de controladas não operacionais, equivalência patrimonial de coligadas e resultado financeiro não alocável.

As controladas da Companhia, em suas análises sobre o desempenho de vendas, classificam seus produtos de acordo com as categorias de venda (ou linhas de produtos) como: cama, mesa e banho, produtos intermediários e varejo.

Informações de venda por categoria ou linha de produtos:

	Consolidado	
	2019	2018
Vendas líquidas (em milhões de Reais):		
Cama, mesa e banho	914,3	847,6
Produtos intermediários	683,5	668,6
Varejo	268,0	262,7
-----	-----	-----
	1.865,8	1.778,9
=====	=====	=====
Volumes (toneladas mil):		
Cama, mesa e banho	26,8	26,5
Produtos intermediários	38,9	38,5
-----	-----	-----
	65,7	65,0
=====	=====	=====

A Companhia e suas controladas possuem mais de 13.000 clientes ativos em 31 de dezembro de 2019.

## 27. DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia apresenta a demonstração do resultado consolidado por função. A seguir apresenta as despesas por natureza e sua classificação por função.

Por natureza:

	Consolidado	
	2019	2018
Custo das matérias primas, materiais e serviços adquiridos	(1.181.928)	(1.133.028)
Benefícios a empregados	(411.432)	(391.712)
INSS	(54.460)	(51.049)
Depreciação e amortização	(102.132)	(87.986)
Variação dos estoques de produtos acabados e em processo	(15.049)	3.365
Variação cambial nos estoques de controlada no exterior	(6.315)	(12.926)
Outros custos e despesas	(3.902)	(33.747)
<b>Total das despesas por natureza</b>	<b>(1.775.218)</b>	<b>(1.707.083)</b>

Por função:

	Consolidado	
	2019	2018
Custo dos produtos vendidos	(1.319.288)	(1.252.306)
Vendas	(298.526)	(297.555)
Gerais e administrativas	(139.108)	(139.209)
Honorários da administração	(18.296)	(18.013)
<b>Total das despesas por função</b>	<b>(1.775.218)</b>	<b>(1.707.083)</b>

## 28. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Segue abaixo a conciliação entre a receita bruta e a receita operacional líquida apresentada na demonstração de resultado:

	Consolidado	
	2019	2018
<b>RECEITA OPERACIONAL:</b>		
Receitas brutas		
Vendas de mercadorias, serviços e outros	2.443.847	2.270.410
Deduções das receitas	(578.049)	(491.497)
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>1.865.798</b>	<b>1.778.913</b>

## 29. LUCRO (PREJUÍZO) BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO

O cálculo do lucro (prejuízo) básico e diluído por ação foi calculado como segue:

	2019	2018
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS	(158.942)	118.599
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO DAS OPERAÇÕES DESCONTINUADAS	102.857	28.404
<b>LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>(56.085)</b>	<b>147.003</b>
Número médio ponderado de ações:		
Ordinárias	13.912.800	13.912.800
Preferenciais	16.723.657	16.723.657
	-----	-----
<b>Total</b>	<b>30.636.457</b>	<b>30.636.457</b>
<b>LUCRO (PREJUÍZO) BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO (R\$):</b>		
Das operações continuadas	(5.1880)	3,8712
Das operações descontinuadas	3.3573	0,9271
	-----	-----
<b>Total</b>	<b>(1.8307)</b>	<b>4,7983</b>
	=====	=====

A Companhia não possui ações com potencial efeito dilutivo. Portanto, o lucro (prejuízo) básico por ação é igual ao lucro (prejuízo) diluído por ação.

### 30. OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

Em 28 de dezembro de 2018, a controlada SGPSA anunciou fato relevante, informando que celebrou “Acordo de Compra e Contribuição de Ativos” (“Acordo”) com a Keeco, empresa americana de produtos moda lar, para combinação de suas operações na América do Norte. Nos termos do Acordo, concluído em 15 de março de 2019 (vide nota explicativa nº 31 às demonstrações financeiras), a SGUS concordou em vender os ativos e passivos usados em suas operações para a Keeco, pelo valor de US\$126 milhões, da seguinte forma: US\$90 milhões em dinheiro, sendo US\$83,7 milhões no fechamento da transação, US\$6,3 milhões como valores retidos por 18 meses (R\$25.393 apresentado no ativo circulante em 31 de dezembro de 2019) e US\$36 milhões em ações ordinárias da empresa combinada, representando uma participação de 17,5% do capital social da empresa combinada, Keeco Holdings, LLC.

O saldo das operações descontinuadas em 31 de dezembro de 2018 são como segue:

	<u>Consolidado</u>
<b>ATIVOS</b>	
<b>CIRCULANTE:</b>	
Duplicatas a receber	91.053
Estoques	161.120
Outros créditos a receber	4.852
<b>NÃO CIRCULANTE:</b>	
Outros	774
Investimentos	-
Imobilizado	6.764
Intangível	43.681
	-----
Total dos ativos mantidos para venda	308.244
	=====
<b>PASSIVOS</b>	
<b>CIRCULANTE:</b>	
Empréstimos e financiamentos	111.679
Fornecedores	112.689
Obrigações sociais e trabalhistas	866
Outras contas a pagar	4.867
<b>NÃO CIRCULANTE:</b>	
Planos de aposentadoria e benefícios	9.985
	-----
Total dos passivos diretamente relacionados aos ativos mantidos para venda	240.086
	=====
<b>ATIVOS MANTIDOS PARA VENDA, LÍQUIDOS</b>	68.158
	=====

O resultado das operações descontinuadas destacado na demonstração do resultado está apresentado a seguir.

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	-	-	199.739	905.575
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS	-	-	(177.698)	(783.981)
<b>LUCRO BRUTO</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>22.041</b>	<b>121.594</b>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS:				
De vendas	-	-	(5.320)	(25.841)
Gerais e administrativas	-	-	(8.054)	(35.150)
Equivalência patrimonial	102.857	28.404	-	-
Outras, líquidas	-	-	(2.926)	3.340
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>102.857</b>	<b>28.404</b>	<b>5.741</b>	<b>63.943</b>
Despesas financeiras – juros e encargos	-	-	(3.750)	(6.549)
<b>RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS</b>	<b>102.857</b>	<b>28.404</b>	<b>1.991</b>	<b>57.394</b>
Provisão para imposto de renda e contribuição social:				
Corrente	-	-	(197)	(3.700)
Diferido	-	-	-	(20)
Lucro líquido do exercício proveniente das operações descontinuadas, antes do resultado na venda dos ativos líquidos mantidos para a venda	102.857	28.404	1.794	53.674
Resultado na venda dos ativos líquidos mantidos para venda	-	-	190.447	-
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO PROVENIENTE DAS OPERAÇÕES DESCONTINUADAS</b>	<b>102.857</b>	<b>28.404</b>	<b>192.241</b>	<b>53.674</b>

A demonstração dos fluxos de caixa das operações descontinuadas está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais descontinuadas:				
Resultado das operações	102.857	28.404	192.241	53.674
Depreciação e amortização	-	-	1.841	2.743
Equivalência patrimonial	(102.857)	(28.404)	-	-
Imposto de renda e contribuição social	-	-	82.721	3.720
Resultado bruto na alienação de operações descontinuadas	-	-	(272.971)	-
Juros, encargos e comissões	-	-	2.668	4.995
Reversão de perda no valor recuperável dos ativos	-	-	-	(1.047)
	-----	-----	-----	-----
	-	-	6.500	64.085
Variações nas contas de ativos e passivos:				
Duplicatas a receber	-	-	(1.617)	(5.099)
Estoques	-	-	(11.635)	(19.839)
Fornecedores	-	-	(6.173)	15.505
Outros	-	-	3.031	775
	-----	-----	-----	-----
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais descontinuadas antes de juros e impostos	-	-	(9.894)	55.427
Juros pagos sobre empréstimos	-	-	(969)	(3.498)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(521)	(663)
	-----	-----	-----	-----
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais descontinuadas após de juros e impostos	-	-	(11.384)	51.266
	-----	-----	-----	-----
Fluxo de caixa das atividades de investimento descontinuadas:				
Aquisição de ativo imobilizado	-	-	-	(2.631)
Recebimento de alienação de operações descontinuadas	-	-	469.631	-
	-----	-----	-----	-----
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento descontinuadas	-	-	469.631	(2.631)
	-----	-----	-----	-----
Fluxo de caixa das atividades de financiamento descontinuadas:				
Ingresso de novos empréstimos	-	-	43.754	171.888
Liquidiação de empréstimos	-	-	(156.941)	(178.899)
	-----	-----	-----	-----
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento descontinuadas	-	-	(113.187)	(7.011)
Total do caixa gerado pelas operações descontinuadas	-	-	345.060	41.624
	=====	=====	=====	=====

### 31. RESULTADO NA VENDA DOS ATIVOS LÍQUIDOS MANTIDOS PARA VENDA

	15 de março de 2019	
	US\$ mil	R\$ mil (*)
Valor da venda dos ativos e passivos	126.000	490.984
Ativos líquidos mantidos para venda	(49.924)	(194.538)
Variação do capital circulante líquido	1.723	6.643
Despesas com a transação	(7.729)	(30.118)
-----	-----	-----
Resultado antes dos impostos	70.070	272.971
Absorção de imposto de renda corrente	(600)	(2.338)
Realização de imposto de renda diferido (não caixa)	(20.578)	(80.186)
-----	-----	-----
Resultado na venda dos ativos líquidos mantidos para venda	48.892	190.447
=====	=====	=====

(\*) Valores em reais apurados utilizando taxa de conversão de 31 de março de 2019, de R\$3,8967.

### 32. EVENTOS SUBSEQUENTES

A Companhia esclarece que, em consonância com o disposto no CPC 24 - Eventos Subsequentes, com as atuais informações e dados a respeito do Coronavírus (COVID-19) e o impacto em suas operações, não foram identificados, neste momento, efeitos relevantes que possam impactar suas Demonstrações Financeiras, a continuidade dos negócios e/ou as estimativas contábeis.

Em 23 de março de 2020, a Companhia divulgou comunicado ao mercado informando sobre o fechamento de suas lojas físicas e que permanecerão fechadas em atenção ao determinado pelas autoridades de saúde e autoridades locais. Os canais digitais continuarão disponíveis para as vendas de seus produtos, através dos websites e aplicativos de suas marcas Santista, Artex, MMartan e Casas Moysés.

Informou ainda que, seguindo determinação das autoridades argentinas, nossa unidade industrial situada na província de Santiago del Estero permanecerá fechada no período de 20 a 31 de março de 2020.

Não obstante, a Companhia segue monitorando de forma diligente toda e qualquer informação a respeito do tema, e avaliará, de acordo com a evolução do mesmo, a necessidade de divulgação de fato relevante e/ou alteração das projeções e estimativas relacionadas aos riscos reportados no seu formulário de referência, de forma a deixar seus acionistas e o mercado informados acerca de mudanças de avaliação que tragam efeitos relevantes.

\* \* \* \* \*